

ANAIIS

II CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

*“Educação Integral, diálogos e complexidades:
ações potencializadoras e experiências sobre a
prática docente”*

10, 11 e 12 de agosto de 2021



Secretaria de
Educação



UBERABA
GOVERNO MUNICIPAL



II CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Atividade registrada sob o número CI Nº 721/2021

Pró-Reitoria de Extensão da UFTM

Catálogo na fonte:

Biblioteca da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

C759a	Congresso Brasileiro de Educação Integral (2. : 2021: Uberaba, MG) Anais do II Congresso Brasileiro de Educação Integral; Educação integral, diálogos e complexidades: ações potencializadoras e experiências sobre a prática docente / Universidade Federal do Triângulo Mineiro. -- Uberaba, MG: UFTM, 2021. 72 p. Realizado em Uberaba, nos dias 10, 11 e 12 de agosto de 2021 1. Educação - Congressos. 2. Educação integral. I. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título. CDU 37
-------	---

Cícera Daniele da Silva - Bibliotecária CRB-6/3012

Citação:

CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2., 2021, Uberaba, MG. **Anais [...]**. Uberaba, MG: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2021. 72 p. Tema do evento: Educação Integral, diálogos e complexidades: ações potencializadoras e experiências sobre a prática docente. Sigla do evento: II COBEI

APRESENTAÇÃO

Desde o ano de 2020 convivemos com um contexto inimaginável. A pandemia causada pela Covid-19 modificou o cenário mundial nas diferentes áreas: social, cultural, econômica e educacional. A virtualização de eventos como o II Congresso Brasileiro de Educação Integral-IV Seminário Mineiro de Educação Integral é um dos principais exemplos.

Organizar uma atividade no contexto virtual requereu esforços corporais de cada uma e cada um dos integrantes da Comissão Organizadora, o que não foi diferente do contexto em que as/os profissionais da Educação se encontram até o momento.

Professoras e professores, coordenadoras pedagógicas e coordenadores pedagógicos, gestoras e gestores, pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas, todos foram colocados no centro das atenções e suas funções e trabalhos hora defendidos e hora questionados pela própria sociedade. Essa situação não poderia se manter no anonimato e este evento que, desde a sua primeira edição, que se propõe a defender e valorizar os profissionais e os discentes como verdadeiros protagonistas de todo o processo educativo, precisou externar, mais uma vez, o apoio e apreço integral a todas e todos que lutam e trabalham por uma sociedade diferente.

Com a participação profissionais representantes da Educação Básica, de Instituições de Ensino Superior, Instituições Governamentais e grupos de pesquisa, organizamos mais uma edição de um evento que não mais é de responsabilidade exclusiva dos seus pioneiros, mas de todas e todos que desejam efetivar políticas públicas voltadas para a Educação Integral.

Relatos de experiências, pesquisas de diferentes abordagens e ensaios compõem os trabalhos submetidos e aprovados para serem publicados nestes anais. Cada um com sua importante colaboração para o alcance dos objetivos propostos para este evento.

Às leitoras e aos leitores que venham a ter acesso a esse material, desejamos que desfrutem e vislumbrem nele as potencialidades transformadoras e sensibilizadoras, por se tratar de um produto construído a várias mãos, as quais se uniram por um propósito em comum: uma vida melhor para todas e todos, tendo a Educação Integral enquanto concepção das nossas existências.

Comissão Organizadora

Comissão Científica

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Coordenação Geral

Me. Diovane de César Resende Ribeiro (UFTM)

Coordenação Institucional

Dra. Regina Maria Rovigati Simões (UFTM)

Comissão Organizadora

Dra. Andressa Grazielle Brandt (Instituto Federal Catarinense)

Dra. Cláudia Maria Costa Dias (Universidade Católica de Ávila - Espanha)

Ma. Bruna Carla Rodrigues de Oliveira (GEPEDUC-UFTM)

Me. Diovane de César Resende Ribeiro (NUCORPO-UFTM/PMU) - Coordenador da Comissão Organizadora

Ma. Érika Cristina Silva Alves (NUCORPO-UFTM)

Esp. Jairo Adriano Almeida do Nascimento (GEPIC-UFTM)

Ma. Josy Helena Murcia (UFTM)

Jucélia Machado Lacerda (UNIUBE)

Ma. Kalinca Costa Pinto das Neves (IESC-UFES)

Letícia da Silva Campos (UFTM)

Ma. Marta Soares da Silva (UFSCar)

Ma. Monica Izilda da Silva (GENFEC-UFTM)

Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães (FOPPE-UFSC)

Ma. Renata Alessandra dos Santos Ribeiro (PMU)

Ma. Regina Célia Cola Rodrigues (GPEI-PUCSP)

Profa. Dra. Regina Maria Rovigati Simões (UFTM) - Coordenadora Institucional

Ronair Pereira de Souza (UNIUBE)

Esp. Samuel de Jesus Pereira (GPEI-PUCSP)

Dra. Valeska Guimarães Rezende da Cunha (PPGE-UNIUBE)

Comitê Pedagógico e Cultural

Me. Diovane de César Resende Ribeiro (NUCORPO-UFTM/PMU)

Ma. Érika Cristina Silva Alves (NUCORPO-UFTM)

Ma. Josy Helena Murcia (UFTM)
Letícia da Silva Campos (UFTM)
Ma. Kalinca Costa Pinto das Neves (IESC-UFES)
Ma. Monica Izilda da Silva (GENFEC-UFTM)
Ma. Regina Célia Cola Rodrigues (GPEI-PUCSP)
Esp. Samuel de Jesus Pereira (GPEI-PUCSP)

Comitê de Divulgação e Comunicação

Ma. Ana Paula de Souza Bonizário (UFTM)
Jucélia Machado Lacerda (UNIUBE)
Ronair Pereira de Souza (UNIUBE)

Comitê Tecnológico

Me. Diovane de César Resende Ribeiro (NUCORPO-UFTM/PMU)
Ma. Monica Izilda da Silva (GENFEC-UFTM)

Comitê Científico

Dra. Andressa Grazielle Brandt (Instituto Federal Catarinense)
Dra. Cláudia Maria Costa Dias (Universidade Católica de Ávila - Espanha)
Ma. Bruna Carla Rodrigues de Oliveira (GEPEDUC-UFTM)
Esp. Jairo Adriano Almeida do Nascimento (GEPIC-UFTM)
Ma. Marta Soares da Silva (UFSCar)
Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães (FOPPE-UFSC)
Ma. Renata Alessandra dos Santos Ribeiro (PMU)
Dra. Valeska Guimarães Rezende da Cunha (PPGE-UNIUBE)

Avaliadores dos trabalhos

Ma. Adriana Vaz Efísio Emanuel
Dra. Andressa Grazielle Brandt
Andressa Wiebusch
Ma. Bruna Carla Rodrigues de Oliveira
Camila Kazumi Kitamura Mattioli
Dra. Claudia Maria Costa Dias

Me. Diovane de César Resende Ribeiro
Edna Conceição Monteiro
Elsio José Corá
Ma. Érika Cristina Silva Alves
Dra. Fernanda Oliveira Borges
Flávia de Souza Fernandes
Ma. Franciellen Tapajós Ribeiro
Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Ma. Iara Aparecida Garcia
Iolanda Cruz Teles
Izete Magno Corrêa
Ma. Josy Helena Murcia
Kalinca Costa Pinto das Neves
Katia Hardt Siewert
Me. Laércio de Jesus Café
Laís de Souza Rédua
Marcelo Alexandre Teodoro
Dra. Márcia de Freitas Cordeiro
Márcia Rodecz
Márdyla de Sousa Marques
Maria Eloisa da Silva
Maria Eloísa da Silva
Maria Regina Pontes Luz Riccioppo
Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih
Ma. Marta Soares da Silva
Michael Luciano das Graças Silva
Michele Cristiane Diel Rambo
Milena Leão Lisboa
Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães
Dr. Nazineide Brito
Neusa Denise Marques de Oliveira
Orlando Nobre Bezerra de Souza
Patricia Aparecida David
Rejane Isabel Ferreira

Ma. Renata Alessandra dos Santos Ribeiro
Roberta Guasti de Paula e Silva Claussen
Rosângela de Amorim Teixeira de Oliveira
Rosany Kátia Vilasboas Moreira Silva
Espa. Samuel de Jesus Pereira
Dr. Sergio Grossi
Sílvia Régia Chaves de Freitas Simões
Ma. Sônia Maria Pelegrini
Me. Stefano Rocha da Cruz
Me. Thereza Carolina G Vieira

SUMÁRIO

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E O PROTAGONISMO JUVENIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	11
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDO DO PNE E PME EM MOJÚ DOS CAMPOS-PA.....	13
POLÍTICAS INDUTORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA REVISÃO SISTEMATIZADA .	15
“VAMOS RECICLAR?”: UMA EXPERIÊNCIA DE OFICINA REMOTA	17
PROJETO DESAFIO NOTA MIL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA DA PARAÍBA	19
A EDUCAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA: POR ONDE CAMINHAMOS?.....	21
EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE	24
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOBRE OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS	26
REFLEXÕES SOBRE CORPO, CORPOREIDADE E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA.....	28
A TECNOLOGIA DIGITAL DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADA AO ENSINO DA MATEMÁTICA, EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA LOCALIZADA NA CIDADE DE SOBRADINHO- BA.	31
PROJETO DE EXTENSÃO “FREEDOM COMPANHIA DE DANÇA”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	33
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA OFERTADA PELA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BOA VISTA – RR.....	36
MAPA POÉTICO DA AVENIDA PAULISTA: O ENSINO DE LITERATURA BRASILEIRA NA RUA.....	38
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INTERDISCIPLINARIDADE COM A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	40
O TEATRO DO OPRIMIDO COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL.	43
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS PRISÕES?.....	46
UMA ANÁLISE DOS CENTROS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA APAC NO BRASIL	46
LETRAMENTO CRÍTICO E FORMAÇÃO INTEGRAL EM UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DE ANANINDEUA-PA.....	49
PAULO FREIRE X SOCIOEDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO PARA RESSOCIALIZAÇÃO	54
O ENSINO NA PERSPECTIVA SOCIAL CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DAS OPORTUNIDADES DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR.....	56
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ENSINO SUPERIOR - CAFF .	59
O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO AUXÍLIO AO ENSINO-APRENDIZADO DE AUTISTAS: UM RELATO DE CASO.	61
DIVERSIDADE CULTURAL E CORPOREIDADE DOS POVOS AMAZÔNICOS.....	63

LEI 10.639/03 E LEI 11.645/08: EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E A PRÁTICA DOCENTE	
.....	65
NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	67
FACILITADORES DE APRENDIZAGEM	69
A LEI 10.639/2003 E SUAS POSSIBILIDADES NA SALA DE AULA: PROPOSIÇÕES	
MULTIDISCIPLINARES	71

Protagonismo em Educação Integral

Ementa: A educação integral é fundamentada pela concepção de formação humana em distintas dimensões: afetiva, cognitiva, ética, estética, social, biológica, lúdica, física.... No decorrer da história, experiências, práticas e movimentos sociais evidenciam as concepções e abrangência da Educação Integral em uma perspectiva emancipatória dos indivíduos, conectada com a vida e comprometida com mudanças e respostas frente aos desafios e desigualdades existentes. Este eixo temático tem por finalidade dar continuidade ao diálogo sobre a Educação Integral que possibilitem reflexões acerca do protagonismo docente, discente e de todos agentes envolvidos com práticas integradoras que impactam o desenvolvimento integral dos indivíduos, mostrando a educação como um princípio de democracia e acesso aos bens e patrimônios culturais.

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E O PROTAGONISMO JUVENIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Roosvany Beltrame Rocha¹

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, Gestora Escolar da
Escola Municipal de Governador Valadares – MG;
roosvany@hotmail.com

RESUMO

O município de Governador Valadares-MG, no ano de 2010, implantou a Escola de Tempo Integral em toda a sua rede de ensino, atendendo um número de 25.735 alunos, de forma universal e compulsória. Do total de alunos atendidos, 4.479 pertenciam aos Anos Finais do Ensino Fundamental, a partir da análise dos “Quadros de Matrícula Inicial e Final das Escolas”, verificou-se, que ao final de dez anos, 2.132 alunos se transferiram das escolas. Diante disso, indaga-se: por que os jovens recusam esta experiência? Como desenvolver atividades diferenciadas que venham a contribuir com a permanência do jovem na escola? Para tanto, com o objetivo de construir uma escola participativa com os jovens e que viabilizasse a educação na vida cotidiana, propomos o desenvolvimento de um projeto que se constituiu como um espaço de discussão de temas relativos à participação escolar. Esse projeto, Jovens Gestores, desenvolvido em uma das escolas de tempo integral da rede municipal, no período de 2018/2021, é parte da proposta pedagógica e oferece através da disciplina Gestão Participativa oficinas que prezarão pelo conhecimento a si mesmo, da escola e seu entorno, na perspectiva de proporcionar ao estudante condições para que o mesmo se torne protagonista da sua trajetória escolar. As oficinas são desenvolvidas quinzenalmente, com todos os estudantes no âmbito da disciplina e, com o gestor escolar, mensalmente, através da representatividade estudantil. A fundamentação teórica se baseia nas perspectivas da Educação Integral de Cavaliere (2007), que reconhecem a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, e de Juventude, à luz de Dayrell (2016), que concebe os jovens enquanto sujeitos diversos. Como consideração final, verifica-se que as trajetórias percorridas pelo projeto trouxeram para o chão da escola a reflexão de que o tempo a mais contribui com a emancipação dos estudantes através da experimentação da gestão participativa.

Palavras-chave: Escola de Tempo Integral, Juventudes, Protagonismo.

REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria Vilela. **Tempo de escola e qualidade na educação pública.** Revista Educação Social. Campinas/SP, p.1015-1035, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018>.

DAYRELL, Juarez. (org.). **Por uma Pedagogia das Juventudes: experiências do Observatório da Juventude da UFMG.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

FONSECA, Marcus Vinícius; ROCHA, Roosvany Beltrame . **Escola de Tempo Integral e Juventude: a experiência da cidade de Governador Valadares-MG / Full Time School and Youth: the experience of the city of Governador Valadares-MG.** Educação e Políticas em Debate, v. 9, p. 525-539, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v9n2a2020-53852>

ROCHA, Roosvany Beltrame. **Caminhos e descaminhos da escola de tempo integral de Governador Valadares-MG: trajetórias de resistência de jovens.** 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDO DO PNE E PME EM MOJÚÍ DOS CAMPOS-PA

Eriane Oliveira Sousa¹

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares²

¹Universidade Federal do Oeste do Pará erianeoliver@gmail.com

²maria.colares@ufopa.edu.br.

RESUMO

Este estudo, em andamento, insere-se na pesquisa macro sobre a implementação da educação integral na Região Metropolitana de Santarém/Pará. Caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental. Objetiva investigar a implementação das Políticas Educacionais indutoras de educação integral verificando o alinhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME) pela Secretaria Municipal de Educação/SEMED/MC no período de 2015 a 2021. A pesquisa intenta colaborar para a melhor compreensão e reflexões acerca dos problemas educacionais que afetam conjuntamente os municípios, visando oferecer subsídios para a elaboração, execução e revisão de políticas públicas educacionais. Os resultados parciais, fruto de estudo bibliográfico - (COLARES, COLARES, CARDOZO, 2021); (ARROYO, 2010); (BAPTISTA; COLARES, 2020); (JACOMELI; BARÃO; GONÇALVES, 2018); (HOFLING, 2001) - nos permitem inferir que as políticas públicas educacionais são programas ou ações implementadas pelos governos para impulsionar e concretizar medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos, tem, ainda, o dever de avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino no país, considerando uma realidade educacional concreta, pensada, interpretada em seus mais diversos e contraditórios aspectos, para que se tenha uma escolha política mais consciente e transformadora da realidade local.

Palavras-chave: Política Educacional; Educação Integral; Plano nacional de educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Políticas educacionais e desigualdades: a procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, out./dez. 2010.

BAPTISTA, T. N. F.; COLARES, M. L. I. S. Panorama da educação integral em tempo integral: estudo do PME e do PNME no contexto municipal. In: COLARES, A. A.; RODRIGUES, G. C. L.; COLARES, M. L. I. S. (Org.). **Educação e realidade amazônica** - volume 5. 5ed. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020, v. 5, p. 233-260. Disponível em: http://56e818b2-2c0c-44d1-8359cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_8f70469b7e9c42ccbf0f7b59b63cb696.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2021.

COLARES, M. L. I. S.; COLARES, A. A.; CARDOZO, M. J. P. B. Permanências, rupturas e desafios na educação brasileira. **Cadernos de pesquisa**, v. 28, p. 186-206,

2021. Disponível em:
<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/15141>. Acesso em: 29 jun. 2021.

JACOMELI, M. R. M.; BARÃO, G. de O. D.; GONÇALVES, L. S. A política de educação integral no Brasil e suas relações com as diretrizes da conferência de Jomtien. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 32-57, 2018. DOI: 10.24065/2237-9460.2018v8n3ID638. Disponível em:
<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/638>. Acesso em: 29 jun. 2021.

HÖFLING, E. M.: Estado e políticas públicas sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro, 2001. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 30 jun. 2021.

POLÍTICAS INDUTORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA REVISÃO SISTEMATIZADA

Ediane Sena Almeida¹
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares²
^{1,2}Universidade Federal do Oeste do Pará
¹edianesena20@gmail.com,
²maria.colares@ufopa.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa objetivou realizar um estudo da produção do conhecimento sobre a temática das políticas indutoras de educação integral publicada nos periódicos vinculados ao FEPAE-NNE, no período de 2017 a 2020. Foi utilizada a metodologia do tipo revisão sistemática, de caráter bibliográfico, de natureza exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados nos sites dos periódicos supracitados. Foram identificados 49 periódicos vinculados ao FEPAE-NNE, dos quais 7 foram incluídos pelo critério indexadores: *Web of Science* ou Educ@ da Fundação Carlos Chagas. A busca foi feita pelas palavras-chave: Educação integral; Políticas educacionais; Educação de tempo integral; Mais educação; Novo mais educação e Políticas indutoras de educação integral. O recorte temporal estabelecido foi de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020. Foram localizados 608 artigos, após leitura dos títulos e análise de resumos, foram selecionados 35 artigos relacionados a temática central da pesquisa, sendo: 1 artigo na Revista Educação & Formação, 5 na Revista Educação do Campo, 3 na Revista Educação em questão, 2 na Revista HOLOS, 12 na Revista Exitus e 12 na Revista Práxis Educacional, um periódico foi excluído por ausência de artigos relacionados ao tema. Os resultados demonstram que em 2017 foram publicados 5 artigos; em 2020 8 artigos. Nos anos de 2018 e 2019 se equiparam em números de publicação, 11 artigos em cada. O estudo identificou uma lacuna nas pesquisas científicas relacionadas a Educação Integral e uma queda das publicações sobre o tema no ano de 2020. Destaca-se ainda que, apesar do amparo legal à educação integral, ainda existem entraves para sua efetiva implementação, como por exemplo a organização escolar.

Palavras-chave: Educação integral; Políticas educacionais; FEPAE-NNE.

REFERÊNCIAS

IFRN. Revista Holos. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>. Acesso em 25 de jun. 2021.

ROVERONI, M.; MOMMA, A. M.; GUIMARAES, B. C. Educação integral, escola de tempo integral: um diálogo sobre os tempos. **CEDES**, Campinas, v. 39, n. 108, pág. 223-236, agosto de 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622019000200223&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de jun de 2021.

UEC. Revista Educação & Formação. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/index>. Acesso em 25 de jun. 2021.

UESB. Revista Práxis Educacional. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/index>. Acesso em 25 de jun. 2021.

UFOPA. Revista Exitus. Santarém: PA, 2021. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus>. Acesso em 24 de jun. 2021.

UFRN. Revista Educação em questão. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao>. Acesso em 25 de jun. 2021.

UFS. UFAL. Revista EDaPECI. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci>. Acesso em 25 de jun. 2021.

UFT. Revista Brasileira de Educação do Campo. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/index>. Acesso em 25 de jun. 2021.

“VAMOS RECICLAR?”: UMA EXPERIÊNCIA DE OFICINA REMOTA

Rita de Cássia Violin Pietrobom¹

¹ Docente Extensionista, Pontifícia Universidade Católica de Campinas
rita.pietrobom@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Um terço do lixo doméstico é composto por embalagens. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2020), cerca de 80% das embalagens são descartadas após um único uso. A maior parte das embalagens não é reciclada e tem como destino, lixões, aterros sanitários, rios e oceanos. Uma alternativa para a reciclagem de embalagens é a utilização para a confecção de sementeiras e vasos para hortas caseiras e comunitárias. O Projeto de Extensão “Hortas comunitárias sustentáveis em Campinas”, tem como objetivo capacitar grupos de pessoas para a construção de hortas comunitárias sustentáveis por meio da Educação Integral e do protagonismo dos alunos de graduação. Para tanto, foi criada a oficina “Vamos reciclar?” com a finalidade de incentivar a reciclagem de embalagens para a produção de hortas caseiras e comunitárias. Para a realização da oficina foram selecionados oito alunos pertencentes aos cursos de graduação em Ciências Biológicas, Farmácia e Nutrição. Os estudantes realizaram uma extensa pesquisa em bases de dados e redes sociais sobre como criar sementeiras e vasos utilizando embalagens recicláveis. A partir destas informações, criaram roteiros, produziram e editaram sete vídeos com tutoriais para a construção de sementeiras de rolinhos de papel higiênico e caixas de leite Tetra Pak, vasos comuns e auto irrigáveis feitos com garrafas PET. Todas as atividades desenvolvidas pelos alunos foram orientadas e monitoradas pela professora por meio de reuniões virtuais semanais. A criação desta oficina proporcionou o protagonismo dos alunos que realizaram o planejamento e execução dos vídeos. Ao longo do processo, foram desenvolvidas as *soft skills* criatividade, pensamento crítico, trabalho em equipe, organização e comunicação, habilidades exigidas atualmente pelo mercado de trabalho. A oficina “Vamos reciclar?” será ministrada de forma remota pela professora e alunos durante o ano de 2021 para o público adulto e idoso da cidade de Campinas, SP.

Palavras-chave: hortas, reciclagem; oficina; protagonismo.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Impacto das embalagens no meio ambiente, 2020.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade->

socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/impacto-das-embalagens-no-meio-ambiente.html. Acesso em: 02 fev. 2021.

PROJETO DESAFIO NOTA MIL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA DA PARAÍBA

Moisés Arcanjo Targino Júnior¹

¹Escola Cidadã Integral Socioeducativa Almirante Saldanha
Grupo Internacional de Pesquisa em Política Prática e Gestão da Educação/ UPE
moisesjunior.02@gmail.com

RESUMO

No ano de 2020, nos deparamos com a realidade da Pandemia do COVID-19 e, com isso, dificuldades no processo educacional dos estudantes. Na Paraíba, foram criados projetos que auxiliam os estudantes a se prepararem para o ENEM, como o Desafio Nota Mil – Projeto que visa preparar o aluno para uma boa redação no ENEM. O objetivo desse trabalho foi apresentar o Desafio Nota Mil como um método auxiliador para o ingresso do estudante na Universidade. Os dados analisados foram do início do projeto, abril de 2020, até janeiro de 2021 e foram cedidos pelo coordenador do Projeto. Participaram do projeto 426 escolas da rede estadual de ensino, sendo 227 Escolas Cidadãs Integrals, e 199 escolas de Ensino Regular. Durante esse período, foram recebidos 142.998 textos de estudantes, onde 19% foi do Ensino Fundamental e 81% do Ensino Médio. Verificou-se diferenças significativas nas competências quando comparado o aumento das competências cobradas na redação do ENEM entre o primeiro mês de projeto e o nono mês. As competências onde houveram mais diferenças foram a competência V com uma melhora de 178%, e a competência III com 105% de melhora. Também podemos citar as competências III e IV com 81% de melhoria. Observou-se que a competência I foi a que obteve menor percentual de melhoria, entretanto a média dessa competência passou de 95,0 a 140,0 pontos (47% de melhoria). De fato, ficou claro que a competência 1 foi a que houve mais dificuldade na aprendizagem corroborando com os achados de alguns estudos. O projeto também firmou parceria com algumas empresas e, em algumas semanas, houve premiação por parte dos parceiros. Diante disso, o projeto se apresenta de forma positiva na rede estadual de ensino, corroborando para uma educação pública de qualidade e auxiliando o estudante a alcançar o seu projeto de vida.

Palavras-chave: Redação; Enem; Educação Pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A Redação do ENEM 2018 – Cartilha do Participante**. Brasília: INEP/MEC, 2018.

CAMPOS, C. M. **A escola de ensino médio e o novo ENEM**. Doc Database pdf E-book, 2012. Disponível em: <<http://www.casemiroonline.com.br/pdf/aescoladeensinomedioeonovoenem.pdf>>. Acesso em: 18 jun 2021.

COROA, Maria Luzia. **O texto dissertativo-argumentativo**. In: GARCEZ, L.H. C; CORRÊA, V. R. Textos dissertativos argumentativos: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: MEC, 2017.

COSTA, Gisele Alves; MARTINS, Adriana Regina Dantas. A escrita do texto dissertativo-argumentativo: um estudo de caso sobre as competências 2 e 3 do ENEM. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, 2020. Acessado em 18 jun 2021. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/378/278>>.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Relatório de Consolidação dos Resultados do Desafio Nota Mil**. João Pessoa: Fev. 2021. Acessado em 16 jun 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/DELL/Downloads/Desafio%20Nota%201000%20-%20Resultados%202020.pdf>>.

SANTOS, Mayara Myrthes Henriques Santos. **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NA PRÁTICA ESCRITA: Trabalhando com a redação do ENEM**. II CONEDU, Campina Grande/PB: Out. 2015. Acessado em 18 jun 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA5_ID4259_09092015093442.pdf>.

SILVA, Sílvia Ribeiro da; CARVALHO, Taynan Lima. Produção de texto escrito no ensino médio: Competências requeridas pela avaliação de redação do enem em (des)uso no livro didático de português. **Revista Caminhos em Linguística Aplicada**: Taubaté/SP, 2017. Acessado em: 18 jun 2021. Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/caminhoslinguistica>>.

SILVA, Talita Barroso da; CUNHA, Myriam Crestian. As competências nas redações do Enem: ensino e avaliação em turmas do 3º ano do ensino médio na perspectiva da avaliação formativa. **SEDA -Revista de Letras da Rural/RJ**. Seropédica/RJ, v. 2, n. 6, set./dez., 2017, p. 22-42. Acessado em 16 jun 2021. Disponível em: <<http://www.revistaseda.org/index.php/seda/article/view/26/16>>.

VIGGIANO, E.; MATTOS, C. R. **O desempenho de estudantes no Enem 2010 em diferentes regiões brasileiras**, Brasília, v. 94, n. 237, p. 417-438, maio/ago, 2013. Acesso em: 18 jun. 2021. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n237/a05v94n237.pdf>>.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA: POR ONDE CAMINHAMOS?

Fátima Alves Pereira¹

Rosângela Cristina Rocha Passos Felix²

Vera Lucia Santos Moura³

¹ UNIRIO, Mestranda em Educação, falvespereira26@gmail.com

² Mestra em Educação, rosacris.passos@gmail.com

³ Mestranda em Educação, vera.ls.moura@gmail.com

RESUMO

Pensamos que a Educação Integral pode favorecer o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos quando ela é colocada no centro das atividades escolares, quando pode interagir, intervir, opinar, discordar dos seus pares e dos adultos que a cercam no ambiente escolar. Portanto, este artigo tem como objetivo discutir o protagonismo infantil em instituições educativas que ofertam a Creche e Pré-escola. Sendo assim, trazemos o aporte teórico de autores como Aquino (2015) e Araújo (2015), que consideram a criança pequena como sujeito central de seu processo do conhecimento. Segundo Carvalho (2015), quando a criança participa ativamente da organização dos tempos e espaços e na tomada de decisões, está exercendo sua cidadania, desenvolvendo habilidades, capacidades e construindo coletivamente sua emancipação humana. Como procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa qualitativa por meio da análise bibliográfica. Consideramos que uma concepção de educação mais ampla contempla a formação cognitiva, social, afetiva, cultural e leva em conta a importância do espaço e do tempo no desenvolvimento infantil. Para além disso, todas as crianças de 0 a 5 anos de idade devem ser cuidadas, protegidas e educadas num processo indissociável e complementar à sua formação integral. Além do mais, as possibilidades de desenvolvimento e aprendizado das crianças têm estreita relação com a riqueza das experiências que lhes são proporcionadas (OLIVEIRA e PADILHA, 2015). Neste estudo, consideramos a criança como sujeito completo, interativo, histórico, sendo capaz de se formar e transformar o mundo social que a cerca, além de contribuir com uma sociedade mais solidária, justa e democrática.

Palavras-chave: Educação Integral; Criança; Formação Humana; Desenvolvimento Integral; Protagonismo Infantil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ligia Leão de. **Educação Infantil em Tempo Integral:** Infância, Direitos e Políticas de Educação Infantil. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de. (Org.). Educação Infantil em Jornada de Tempo Integral - Dilemas e Perspectivas. Vitória/ES: Edufes, 2015.

ARAÚJO, Vania Carvalho de. **O “Tempo Integral” na Educação Infantil: Uma Análise de suas Concepções e Práticas.** In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.). Educação Infantil em Jornada de Tempo Integral - Dilemas e Perspectivas. Vitória/ES: Edufes, 2015.

CARVALHO, Levindo Diniz. Educação Integral e Institucionalização da Infância: o que as crianças dizem da/na escola. **Cadernos de Pesquisa**, UFES, v.1, 2015.

OLIVEIRA, Ivone Martins de; PADILHA, Anna Maria Lunardi. **A Constituição cultural da criança e a brincadeira:** contribuições e responsabilidades da educação infantil. In: SILVA, Daniele Nunes Henrique; ABREU, Fabrício Santos Dias de. Vamos brincar de que? Cuidado e educação no desenvolvimento infantil. São Paulo: Summus editorial, pag. 17-38, 2015.

Desenvolvimento e formação profissional

Ementa: A formação e o desenvolvimento profissional se estabelecem como um dos pilares da prática educativa. Assim, este eixo temático receberá trabalhos relacionados à formação e desenvolvimento profissional no que diz respeito ao: currículo e formação profissional; legislação e políticas educacionais na formação de professores; Educação Integral na formação profissional; contexto histórico do desenvolvimento profissional e desenvolvimento profissional: inicial e formação continuada ao longo da vida. Além disso, fomentar o diálogo entre a formação e desenvolvimento profissional em atenção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

Joice Kely Ribeiro Ferreira¹
Gabriella dos Santos Sperandio²
Fernando S. S. Barbosa³

^{1, 2} Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
Departamento de Ciências da Educação - *Campus* de Ariquemes

³ Docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) *Campus* de Ariquemes. Mestre em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) *Campus* de Rio Claro. Doutor em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

¹ joicemdo@outlook.com, ² gabisperandio2015@gmail.com, ³ fernando@unir.br

RESUMO

Conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a educação Infantil é a base para todo o aprimoramento da criança, visto que, o primeiro contato da criança fora do seu ambiente familiar é na Instituição de ensino. Desse modo, cabe ao educador mediar, organizar, planejar, refletir e monitorar o desenvolvimento da mesma. Nesse sentido, o propósito deste trabalho foi o de apresentar, mediante revisão literária, o processo de ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia de Covid-19, assim como, as dificuldades e desafios enfrentados na prática docente. A construção deste trabalho adveio por meio de revisão literária, reuniões presenciais e virtuais entre as integrantes do grupo. Em decorrência do novo Covid-19 que, a rotina das escolas da rede básica de educação sofreu adaptações no seu método educacional, aderindo ao ensino remoto conforme solicitação do Ministério da Educação e Cultura. Destarte, os educadores, com o intuito de não prejudicar as crianças, estão adaptando as vivências proposta na BNCC e aderindo à utilização de plataformas e meios de comunicação tecnológicas voltadas para o ensino. Em razão do ensino está sendo tratado de forma remota, a falta de comunicação, observação e interação por parte de professor/aluno, tomou um rumo diferente, afinal de que maneira o docente irá avaliar se a criança está desenvolvendo as vivências propostas, levando em conta que no processo de ensino aprendizagem os pais serão os mais próximos no desenvolvimento da criança. Portanto, faz se necessário pensar em medidas que ampliem a formação desses profissionais através, de cursos de informática e congressos voltados para o lúdico, buscando se atualizar sobre as tendencias do mundo infantil, embora, grande seja as desigualdades presentes dentro da sociedade o ensino remoto abre procedentes para novas forma de aprender, fica latente nesse percurso formativo a palavra adaptação.

Palavras-chave: Educação Infantil; Desafios; Prática docente; Ensino Remoto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 01

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul.1990. Disponível em :Acesso em: 16 dez. 2018.

Ministério da Educação. Portaria nº 2.117/2019 de 06 de dezembro de 2019. **Ensino a Distância**. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-201912-06.pdf>>. Acesso em: 04/04/2021.

PEREIRA JUNIOR, Lucimar da Silva; MACHADO, Joana Bartolomeu. **Educação Infantil em tempos de pandemia: desafios no ensino remoto emergencial ao trabalhar com jogos e brincadeiras**. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 6, 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/6/educacao-infantil-em-tempos-de-pandemia-desafios-no-ensino-remoto-emergencial-ao-trabalhar-com-jogos-e-brincadeiras>

SILVA, D.R; TAVARES, D.M. **Educação Infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram**. *Estação Científica - Juiz de Fora*, nº 15, janeiro – junho / 2016

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOBRE OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Géssika Mendes Vieira¹

Vania Maria de Oliveira Vieira²

¹Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), gessikavieira@live.com

²Universidade de Uberaba (UNIUBE), vania.vieira@uniube.br

RESUMO

Este estudo, desenvolvido durante curso de mestrado acadêmico em Educação, parte do princípio de que as práticas avaliativas realizadas na Educação Superior podem ser compreendidas a partir da identificação de representações sociais de educandos, sobre os instrumentos utilizados pelos docentes. Tais instrumentos podem revelar, no bojo do processo ensino-aprendizagem, a concepção ou os fundamentos que norteiam essa prática. De natureza quanti-qualitativa, a pesquisa é amparada pelo referencial teórico-metodológico na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2007). Apresenta como objetivo compreender as Representações Sociais dos alunos de um Curso de Publicidade e Propaganda de uma IES em Uberaba/MG, sobre as implicações dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, utilizados pelos seus professores. Os dados foram coletados por um questionário, contendo questões abertas e fechadas e a Técnica de Associação Livre de Palavras, que foram tratadas pelo *software* EVOC, para a identificação do Núcleo Central e periferia das representações. Os resultados mostram um núcleo central representado pelas palavras **Ótimo, Provas e Antiquado**. Enquanto um grupo considera os instrumentos como sendo ótimos, mesmo com a utilização de provas, outros a eles se contrapõem e afirmam ser antiquados. Embora a maioria concorde com o fato de que os instrumentos avaliativos utilizados estejam colaborando para a aprendizagem acadêmica, alguns reforçam as representações negativas quando afirmam que os instrumentos possuem pouca ou não possuem função diagnóstica.

Palavras-chave: Avaliação. Representações Sociais. Instrumento de avaliação. Educação Superior.

REFERÊNCIAS

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCOVICI. S. **A representação social da psicanálise.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

REFLEXÕES SOBRE CORPO, CORPOREIDADE E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

Andressa Karoline Santana Teixeira¹

Franciellen Tapajós Ribeiro²

Hergos Ritor Fróes de Couto³

^{1,2,3} Universidade Federal do Oeste do Pará

¹ e-mail: andressakaroline909@gmail.com, ²e-mail: ellen_fsouzat@hotmail.com, ³ e-mail: hergos@hotmail.com

RESUMO

Este resumo, é fruto do capítulo VI do livro Curso de Pedagogia: leituras formativas, o qual suscitou debates e discussões a partir das leituras que ocorreram na disciplina de Corpo, Corporeidade e Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Utilizou-se como base epistemológica a Fenomenologia em Merleau-Ponty, tratando-se de uma revisão de literatura, como ênfase no fenômeno Corpo, Corporeidade e Educação. Para discutir as diferentes compreensões de corpo ao longo da história até o entendimento da corporeidade na contemporaneidade, teve-se suporte de autores como Rezende (1990), Nóbrega (2010), Novaes (2003), Rouanet (2003), Le Breton (2003) Bavcar (2003), Inforsato (2006) e Moreira *et al.* (2006). Nesse sentido, a Fenomenologia apresenta-se como base epistemológica que busca superar toda e qualquer forma de reducionismo, procurando interpretá-lo em todas as suas vertentes e multiplicidades. Assim, considera-se uma teoria essencial para os estudos em educação, pois se apresentam como um fenômeno complexo, os quais necessitam de diferentes olhares, tendo uma multiplicidade de sentidos, em que todos os seres humanos perpassam por ela e assim recebem influência direta. Partindo desse pressuposto, ao tratar de corporeidade, fala-se da experiência vivida, das relações e das trocas estabelecidas entre os seres, a qual se apresenta como um discurso e um modo de ver a vida. Portanto, advoga-se que o diálogo e reflexão entre os fenômenos apresentados, são possíveis, e vêm acontecendo no contexto educacional amazônico a partir de estudos como os de Gualberto (2017), Pereira (2020), Rodrigues e Couto (2020), entre outros. Pretende-se trilhar um caminho para uma educação que se reconheça como a primeira e mais profunda experiência humana, acredita-se que é necessário tratar o tema corpo/corporeidade nas salas de aulas, desafiando os educadores e educandos a serem críticos e reflexivos, aprendendo consigo mesmo, com os outros e seu entorno.

Palavras-chave: Corpo; Corporeidade; Fenomenologia; Educação; Amazônia.

REFERÊNCIAS

BAVCAR, Evgen. O corpo, espelho partido da história. *In: NOVAES, Adauto (Org.) O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, p. 123-137, 2003.

GUALBERTO, Madma Laine Colares. **A manifestação da corporeidade nas práticas pedagógicas dos professores de educação infantil em escolas públicas e privadas de Santarém-Pará**. Dissertação. 146 f. Programa de Pós-graduação em Educação, UFOPA/Santarém-Pa, 2017.

COUTO, Hergos Ritor Fróes de; RIBEIRO, Franciellen Tapajós; TEXEIRA, Andressa Karoline Santana. CORPO, CORPOREIDADE E EDUCAÇÃO: reflexões no âmbito acadêmico da Amazônia. *In: COLARES, M. L. I. S.; CALIXTO, H. R. S. (org). Curso de Pedagogia: leituras formativas*. Santarém, PA: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

INFORSATO, Edson do Carmo. A educação entre o controle e a libertação do corpo. *In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). Século XXI: A era do corpo ativo*. Campinas, SP: Papirus, p.137-154, 2006.

LE BRETON, David. Adeus ao corpo. *In: NOVAES, Adauto (Org.) O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, p. 123-137, 2003.

MOREIRA, Wagner Wey. et al. Corporeidade Aprendente: a complexidade do aprender viver. *In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). Século XXI: A era do corpo ativo*. Campinas, SP: Papirus, p.137-154, 2006.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Uma fenomenologia do corpo. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

NOVAES, Adauto. A ciência no corpo. *In: NOVAES, Adauto (Org.) O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, p. 7-14, 2003.

PEREIRA, Ana Hilguen Marinho. **É GOL, QUE FELICIDADE?** Educação, futebol profissional e Corporeidade na Amazônia. Dissertação. 199 f. Programa de Pós-graduação em Educação, UFOPA/Santarém-Pará, 2020. REZENDE, Antonio Muniz de. Concepção fenomenológica da educação. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1990.

RODRIGUES, R.; COUTO, H. R. **Corporeidade e prática docente na educação do campo na Amazônia paraense**. Educação & Formação, v. 5, n. 1, p. 113-131, jan-abr. 2020. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1439>. Acesso em 20 de abril de 2020.

ROUANET, Sergio Paulo. O homem-máquina hoje. *In: NOVAES, Adauto (Org.) O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, p. 37-64, 2003.

A TECNOLOGIA DIGITAL DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADA AO ENSINO DA MATEMÁTICA, EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA LOCALIZADA NA CIDADE DE SOBRADINHO- BA.

Bruno Henrique de Souza Ribeiro¹

Jucieny Ferreira de Sá²

¹UPE- Universidade de Pernambuco/Departamento de Educação/e-mail: brhesori@gmail.com.

²UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Departamento de Ciências Agrárias/e-mail: jucienyferreira@hotmail.com.

RESUMO

Este artigo baseia-se na importância em analisar a interdisciplinaridade dos meios de comunicação nos estudos da matemática em duas turmas do nono ano, de uma escola da rede pública da cidade de Sobradinho- BA. Assim, o presente estudo de caso tem como objetivo evidenciar características e aspectos importantes, dos impactos das tecnologias computacionais na educação e as implicações desses impactos no ensino da matemática. A pesquisa é de natureza bibliográfica e de campo. A proposta desse artigo é dialogar com os professores e alunos de uma escola pública da rede básica de ensino, localizada na cidade de Sobradinho -Bahia, sobre os diversos conceitos da era tecnológica educacional e da cultura digital, averiguando quais os conteúdos que precisam ficar claros para dar visibilidade e lugar a uma nova prática educativa que ajude na constituição de um cidadão capaz de atuar na sociedade em que está inserido. Dessa forma, foi aplicado um questionário para os professores, no qual continha perguntas relacionadas a metodologia aplicada em suas aulas de matemática e como o uso dos meios tecnológicos poderiam otimizar a aplicação desses conteúdos, e para os alunos também foi aplicado um questionário, para averiguar quais conteúdos poderiam ser melhor atendidos a partir do uso das ferramentas digitais e tecnológicas. Conclui-se que os meios tecnológicos junto ao âmbito educacional tanto na esfera dos professores quanto na esfera dos alunos, estimulam a produção dos saberes, promovem a cidadania, tornam livre a todos o acesso ao conhecimento e a informação, e ainda desenvolve a emancipação social. Além disso, notou-se que a aprendizagem teria o melhor rendimento, além de desenvolver as habilidades analíticas e cognitivas através da utilização dos instrumentos digitais e tecnológicos.

Palavras-chave: Tecnologias; Educação; Professores; Alunos.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúdica: Técnicas e jogos Pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1998.

BITTAR, M. **Possibilidade e dificuldades da incorporação do uso de softwares na aprendizagem da matemática**. Águas de Lindóia – São Paulo, 2006.

BRITO, M. R. F. **Um estudo sobre as Atitudes em Relação à Matemática em estudantes de 1º e 2º graus.** Tese de Livre Docência não Publicada, UNICAMP, Campinas, 1996.

CARVALHO, Dione L. Metodologia de Ensino da Matemática. 3 ed. São Paulo; Certeza, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação para a prática da liberdade.** 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LÉVY, Pierre. (Trad. Carlos Irineu da Costa) **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na era da Informática.** São Paulo, Editora 34. 3 ed., 1996.

LIMA, Joeline de Oliveira de. **Aprendizagem de Matemática no Ensino Médio suportado por Ambientes Computacionais.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 2006.

MATOS FILHO, Maurício A. Saraiva de; MENEZES, Josinalva Estácio; SILVA, Ronald de Santana da; QUEIROZ, Simone Moura. **O uso do computador no ensino de matemática:** Implicações nas teorias pedagógicas e a infraestrutura escolar. UFRPE, 2010.

MORAN, José M. **Novas tecnologias e mediação tecnológica.** 19 ed. São Paulo: Papirus, 2011.

MORAN, José Manuel. **Mudanças na comunicação pessoal.** 2 ed., São Paulo: Paulinas, 2000.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Matemática/Secretaria de Educação Fundamental. –Brasília: MEC/ SEF. 2001.

PONTE, J. P.; **O ensino da Matemática na sociedade da informática,** In: Educação e Matemática, RAPM, no 45, pp. 1-2, 1997.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologia digitais na educação.** EDUEPB, 2011.

STEMPNIAK, Isabela Galvão Barbosa. **Um perfil do professor de matemática no ensino fundamental na visão dos alunos.** Universidade De São Paulo Escola De Engenharia De Lorena, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** Martins Fontes, 1989.

PROJETO DE EXTENSÃO “FREEDOM COMPANHIA DE DANÇA”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Richard Brendon Peixoto Vieira¹

Márcia Rosane Oliveira de Senna²

^{1,2} Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima /Campus Boa Vista.

richard.brendon1312@gmail.com

² marcia.senna@ifrr.edu.br

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, trata-se de um estudo descritivo por meio de um relato de experiência narrado por um ex-aluno bolsista do Programa Institucional de Bolsa Acadêmica de Extensão – PBAEX, que atuou no período de 2017 a 2019, a frente dos projetos “O Poder da Dança” e “Freedom Cia de Dança”, realizado no Complexo de Artes do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Roraima – IFRR, campus Boa Vista. Atuar como aluno extensionista (professor), nas aulas de dança com jovens e adultos da comunidade externa e interna do Campus Boa Vista. Durante o desenvolvimento do projeto os experimentos didáticos estavam presentes no ser educativo, gerenciando planejamento, preenchimento de diário, postura diante a turma de alunos, uso da entonação da voz, organização da sala de aula, seleção de material para estudos teóricos e ainda, gerência de aulas. Apresenta-se como problema: Qual a contribuição do PBAEX, ao aluno bolsista futuro professor de Educação Física? . Objetivo Geral: Relatar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão com Dança de forma contributiva ao estudante de nível superior. Objetivos específicos são: verificar os escritos sobre a extensão no nível superior; realizar seleção de documentos, imagens, folders, certificados das atividades desenvolvidas e descrever os momentos marcados na lembrança. Assim, os eventos “Noite Cultural “IF RITMOS” realizados, respectivamente, em 2017 e 2018, marcou o trabalho de extensão com a Dança desenvolvido no IFRR, Campus Boa Vista, para a sociedade boa-vistense, resultando em entrevistas e a demonstração da satisfação pelos participantes, havendo inclusive superlotação do auditório do IFRR.

Palavras-chave: Projeto de Extensão. Bolsista. Dança

REFERÊNCIAS

BATISTA, Nunes.Z & KERBAUY. Maria.T.M. GÊNESE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara,

v. 13, n. 3, p. 916-930, jul./set., 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/senna/Downloads/josebizzelli-5-trd-11178-31268-1-sp-rev-mv.pdf>>. Acessado em: 21/03/2021.

IFRR.RESOLUÇÃO N.º 386/CONSELHO SUPERIOR, de 31 de JULHO DE 2018. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/reitoria/pro-reitorias/extensao/regulamentos-1/regulamentos/resolucao-no386-conselho-superior>. Acessado em: 12/03/2021

_____. **I Festival de Dança CBDD: Boa Vista - Roraima**. 19/09/2019. Disponível em; < <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/09/19/festival-de-danca-em-rr-premia-e-seleciona-bailarinos-para-cias-de-outros-paises-e-estados-do-brasil.ghml>>. Acessado em: 23/11/2019.

INCROCCI, Chaves.M.M.L & ANDRADE, Novaes.H.T. **O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC**. Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-187.pdf>> Acessado em 21/03/2021.

MORAIS.S.J. **DISCURSIVIDADE SOBRE CULTURA DE RORAIMA PRODUZIDA PELO ESTADO**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, Roraima 2016. Disponível em: < file:///C:/Users/CBV/Desktop/Discursividade-sobre-cultura-Juliana-da-Silva-Morais%20(1). pdf>. Acessado em 21/11/2019.

NANNI, Dionísia. **Dança Educação – Pré-escola à Universidade**. 4ºed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira. **A pesquisa narrativa: uma introdução**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v8n2/01.pdf>>. Acessado em: 16/11/2019.

RIBEIRO, E. **Teatro Municipal recebe o 10º Encontro de Ritmo de Roraima**. Notícias e Cultura 2019. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2019/10/teatro-municipal-recebe-o-10-encontro-de-ritmo-de-roraima>>. Acessado em: 23/11/2019.

SECOM/PMBV. **Índios vão apresentar a dança do Parixara na abertura do arraial**. Redação 12 de junho de 2013. Disponível em: <<https://amazonianarede.com.br/indios-vao-apresentar-a-danca-do-parixara-na-abertura-do-arraial/>>. Acessado em: 23/11/2019.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas, Alínea, 2.000.

VERDERI, Erika. B. **Dança na escola: uma abordagem pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2000.

Educação Integral e seus territórios: Educação Formal, Não Formal e Informal

Ementa: Territórios educativos. Educação formal, práticas integradoras e currículo integrado nas três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; Educação formal, práticas integradoras e currículo integrado nas modalidades: Educação Especial. Educação Profissional e Tecnológica. Educação de Jovens e Adultos – EJA. Educação Indígena. Educação Quilombola. Educação a distância. Educação formal, práticas integradoras e currículo integrado no Ensino Superior. Proposta Pedagógica de Currículo Integrado. Educação não formal e integrada nos espaços públicos, como nas bibliotecas, brinquedotecas, museus, clubes de ciências, zoológicos, jardins botânicos e planetários. Educação comunitária, educação social, educação popular e pedagogia social. A cidade como território educativo. Currículo no Território. Tempos, espaços e saberes da cultura popular. Educação informal e integradora nos: sindicatos; ONGs; associações de bairros; partidos políticos, nas fábricas, grupos de estudos, grupo de jovens, educação que transcorre em espaços de atividades culturais, com a família, amigos ou grupos de interesse comum.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA OFERTADA PELA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BOA VISTA – RR

Cleonicinalva de Lima Pereira¹

Jonas Silva dos Santos²

Márcia Rosane Oliveira de Senna³

^{1,2,3} Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima /Campus Boa Vista.

cleonicepereira02017@gmail.com

² jonasconstela77@hotmail.com

³ marcia.senna@ifrr.edu.br

RESUMO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, através das coordenações de Educação Física Indígena e de Campo, acompanha doze escolas indígenas no município de Boa Vista, RR, contemplando a Constituição Federal de 1988 que garante a educação escolar Indígena. Os pesquisadores se interessaram pela Educação Física Escolar Indígena por um pesquisador ser da etnia Macuxi e ter vivenciado o ensino em escolas indígenas. Também, por ter tido no componente Curricular Educação Indígena e Afrodescendente o estudo dos povos indígenas. Porém, sem retratar a educação escolar indígena. O Problema da pesquisa é: Como a Educação Física está organizada nas escolas indígenas pertencentes ao município de Boa Vista, RR? Objetivo geral: Conhecer o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Educação Física e Coordenação Indígena. Objetivos Específicos: Levantar o quantitativo de Escolas Indígenas acompanhadas pela SMEC; Saber sobre o acompanhamento pedagógico nas escolas indígenas; Conhecer como é sistematizada a Educação Física Escolar Indígena. Para verificação do problema e alcance dos objetivos, a pesquisa é do caráter exploratória, de campo com abordagem qualitativa. Coleta dos dados aconteceu através de entrevista semiestruturada via Google Meet, os entrevistados foram dois coordenadores pedagógicos de Educação Física e uma coordenadora da Educação Indígena e de Campo pertencentes à SMEC. Os resultados indicam a necessidade de a Educação Física Escolar adequar-se às necessidades, interesses e sentidos das práticas corporais da cultura indígena, inserção da educação escolar indígena na que possibilita a oferta do curso superior de Licenciatura em Educação Física nas e para as comunidades indígenas.

Palavras-chave: Educação Diferenciada; Educação Física Escolar; Indígena.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília

BRASIL. MEC. **Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas - RCNE/Indígena.** MEC/SEF. Brasília: 1998.

BRASIL. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Final [da] I Conferência Nacional De Educação Escolar Indígena/ Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade E Inclusão.** – Brasília: SECADI, 2014.

BRASIL. Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, Boa Vista - RR. **Proposta Curricular Municipal para Educação Infantil.** 2018.

CAVALCANTE, L. I. P. **Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia.** Disponível no site:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100003>
>Acessado em: 16/11/19

DARIDO, S. C.; RANGEL. I. C. A. **Educação física na escola.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRUPIONI, B.D.L. In **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

JUNIOR, D.F.M et al. **Corpo, Cultura de Movimento e Jogos Indígenas nas Aulas de Educação Física.** Cadernos de Formação. RBCE, p. 21-32, mar. 2017.
Disponível em:
<<file:///C:/Users/CBV/Downloads/2231-11025-2-PB.pdf>>. Acessado em: 25/11/2019.

MONTE, M.N & MATOS, G.K. In **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

RUBIO, Katia.; FUTADA, F. de M.; SILVA, E. C. da. **Os jogos indígenas e as contradições do confraternizar e competir.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 28, n. 1, p. 105-119, 2006.

SARTORO, R.L.E; GOLFETTO, L.R.M; MOREIRA, S.F.S. **Formação de professores indígenas.** [2019?]. Disponível em:
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/formacao-professoresindigenas.htm>.
Acesso em: 25/11/2019.

MAPA POÉTICO DA AVENIDA PAULISTA: O ENSINO DE LITERATURA BRASILEIRA NA RUA

Daniel Rodrigo Viana¹

¹ Instituto Singularidades; guardanapospoeticos@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa surge da necessidade de desenvolver experiências de educação não-formal com o objetivo de expandir para o espaço urbano o ensino literário ofertado na educação formal. Nosso percurso se deu a partir do mapeamento das obras de arte públicas e arquitetura instaladas na Avenida Paulista e as possíveis relações do local com as escolas literárias da poesia – Romantismo ao Pós-Modernismo. O trabalho resulta em um mapa impresso que oferta um percurso para a *experienciação* proposta e consolida a importância de uma educação que considera a cidade como território educativo. Dessa forma, este estudo se justifica pela tentativa de contribuir com debates sobre novas metodologias para o ensino literário.

Palavras-chave: educação expandida; literatura e cidade; avenida Paulista; multiletramentos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lilian. **Fronteiras do Visível:** Arte Pública na Avenida Paulista. Um estudo-intervenção na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado defendida na ECA/USP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BOUVET, Rachel. **Como habitar o mundo de maneira geopoética?** Revista Interfaces Brasil/Canadá. V. 12, N. 1, 2012. p. 09-14.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira:** resumo para principiantes. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARBONELL, J. **Pedagogias do Século XXI:** bases para a inovação educativa. Porto Alegre: Penso, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Voes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, pp. 27-38, 2006.
ROJO, R.; MOURA, E. Letramentos, mídias, linguagens. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INTERDISCIPLINARIDADE COM A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Márcia Rosane Oliveira de Senna¹

Janderlânia Pontes de Souza²

Rebeca Natalie de Jesus Carvalho³

^{1,2,3} Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima /DIREX/ Campus Boa Vista,

¹ marcia.senna@ifrr.edu.br; ² janda_souza78@hotmail.com; ³ be_kinha_123@hotmail.com

RESUMO

Este estudo aborda a Interdisciplinaridade com a Educação Física e a Matemática na Educação infantil da Rede Municipal de Ensino em Boa Vista-RR. A educação escolar ao proporcionar a interdisciplinaridade possibilita a formação integral e durante o cumprimento do Estágio Supervisionado Curricular I na Educação Infantil, foi possível observar que nas aulas de Educação Física a Matemática estava sempre presente através das brincadeiras, no uso do movimento a aprendizagem se realizava espontaneamente, contudo não foi identificada a integração entre os professores de Educação Física com os professores pedagogos de sala de aula. A partir dessas questões surgiu o seguinte problema: “Como a Educação Física e a Matemática de maneira interdisciplinar vem sendo trabalhada na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino em Boa Vista”? O objetivo Geral: Conhecer como ocorre a condução da Educação Física e Matemática de maneira interdisciplinar na Educação Infantil. Objetivos específicos são: Verificar na Proposta de Organização Curricular por Campos de Experiência da Educação Infantil as orientações da interdisciplinaridade; levantar informações sobre o acompanhamento pedagógico da coordenação de Educação Física com ênfase na Interdisciplinaridade; Identificar atividades interdisciplinares com a matemática nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. O estudo é exploratório de natureza da abordagem qualitativa, com pesquisa de campo através da entrevista semiestruturada com duas professoras de Educação Física da Coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista-RR. O estudo reconheceu que é possível, na Educação Infantil, trabalhar a interdisciplinaridade havendo orientações didáticas.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Infantil; Interdisciplinaridade; Matemática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Proposta Curricular Municipal para Educação Infantil – PCMEIBV**. Boa Vista - RR. 2018.

CAVALARO, Adriana Gentilino; MULLER, Verônica Regina. **Educação Física na Educação Infantil: uma realidade almejada**. Educar em revista, número. Curitiba 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000200015&script=sci_arttext> Acesso em: 29 de setembro de 2019.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

DARIDO. Suraya. C. **Educação Física na escola. Questões e Reflexões**. Editora Guanabara koogan S.A. Rio de Janeiro. 2003.

KAMII, Constance. **A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos**. 39 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco**. In: **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas, Papirus, 2000.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Infantil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2003.

SIMÃO. Buss.M. **EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLETINDO SOBRE A “HORADA EDUCAÇÃO FÍSICA”**. 2005.

Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zereoseis/article/viewFile/2099/1779>>. Acessado em: 29 de setembro de 2019.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Educação Integral: espaços de privação e restrição de liberdade

Ementa: O presente eixo temático destina-se a receber trabalhos com pesquisas em andamento, concluídas, bem como relatos de professores e agentes educacionais relacionados à Educação Integral, ou seja, com olhar para o ser humano em seu todo, em espaço de restrição e privação de liberdade, que dedica-se ao estudo dos temas: educação, conscientização e humanização em espaços de restrição e de privação de liberdade; educação de Jovens e Adultos - EJA em privação de liberdade; práticas pedagógicas de professores, educadores sociais e socioeducadores; processos educativos e socioeducativos (escolares e não escolares); pessoas em restrição, privação de liberdade ou egressas e áreas correlatas ao tema.

O TEATRO DO OPRIMIDO COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL.

Marta Soares da Silva¹

¹Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR/PPGE, marta_soaresdasilva@hotmail.com.

RESUMO

O momento de egresso do sistema prisional demarca um período tão ou mais delicado do que o momento de entrada nestas instituições, pois somam-se aí todos os estigmas e a não resolução de questões que levaram ao conflito com a Lei. Depara-se ainda com discursos falaciosos de “re” socialização, “re”integração, haja vista os altos índices de reincidência às prisões por seu viés de “vigiar e punir” Foucault (1987). Esta investigação é uma continuação de pesquisa desenvolvida durante o mestrado e no presente está sendo desenvolvida para tese de doutoramento. Diante disto, tem por objetivo analisar as possibilidades do exercício do Teatro do Oprimido – TO, de Augusto Boal (2009), como um instrumento no processo de socialização de pessoas que estejam passando por momento de egresso do sistema prisional – ESP. Para tanto, a construção e análise dos dados empíricos serão respaldados no método de pesquisa-ação e acontecerá no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp, do município de Uberaba/MG, por meio de oficinas mediadas com e junto aos colaboradores, as quais abordarão possibilidades do TO na resolução de desafios no processo de socialização em momento de egresso do sistema prisional. Observa-se que os resultados de investigação durante o mestrado evidenciaram a necessidade de instrumentos educativos que pensem educação para além da escolarização, mas a educação integral do homem, conforme disserta Machado (2009), que diz respeito ao processo formativo em todas as etapas da vida, sem distinção.

Palavras-chave: Educação Integral; Teatro do Oprimido; Egresso do Sistema Prisional.

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 13. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 32 ed. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis. Vozes, 1987. 288 p.

MACHADO, Evelcy Monteiro. **A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários**. In: NETO, João; SILVA, Roberto; Moura Rogério (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

LETRAMENTO CRÍTICO E FORMAÇÃO INTEGRAL EM UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DE ANANINDEUA-PA

Monica Silva da Silva Araujo¹

João Gomes Tavares Neto²

^{1,2}GPESPI/UEPA/Escola Antonio Carlos Gomes da Costa.

¹monica.araujo@escola.seduc.pa.gov.br,

²gomestavaresnetojoao@gmail.com

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa em fase embrionária, desenvolvida no âmbito do GPESPI – Grupo de Pesquisa e Extensão em Socioeducação e Políticas intersetoriais, da UEPA – Universidade do Estado do Pará, que problematiza o processo de letramento de adolescentes desenvolvido em unidades socioeducativas de internação, na Região Metropolitana de Belém/PA. O locus da investigação delinea-se como um espaço de interseção entre duas instituições de caráter educacional: FASEPA – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, responsável pelo cumprimento de medida socioeducativa de internação para adolescentes e a E.E.E.F.M. Antônio Carlos Gomes da Costa, unidade escolar responsável pela escolarização desses adolescentes. O objetivo principal é examinar as práticas cotidianas de professores e funcionários dessas instituições e suas possíveis associações com o processo de letramento crítico, de adolescentes privados de liberdade (FREIRE, 2020; COSTA, 2001; TAGATA, 2017). Adota-se um percurso metodológico quali-quantitativo (MINAYO, 2007); coleta de dados primários e secundários utilizando técnicas de observação direta, cultivo de diário de campo, entrevistas semiestruturadas, e complementarmente, a pesquisa documental. Amparados nesse instrumental, explora-se como fundamentação teórica as seguintes categorias: Gêneros textuais, identidades, multiterritorialidade e letramento crítico. Parte-se da definição de gêneros textuais como instrumentos de interação social Wachowicz (2012) relevantes para a formação integral dos sujeitos de direitos, que são os adolescentes internados; tais gêneros devem ser variados para representar e incluir práticas sociais dos adolescentes, fortalecendo-os no processo de formação social e construção de suas identidades enquanto sujeitos sociológicos (HALL, 1997). Por meio do letramento crítico seria possível ao aluno adquirir consciência de seu papel ativo na construção e reconstrução de sentidos (TAGATA, 2017; COSTA, 2010 E FREIRE 2020) de modo que eles/as reflitam sobre seus propósitos e perspectivas e percebam que valores, opiniões e crenças se originam nas comunidades, famílias e grupos onde circulam.

Palavras-chave: Letramento crítico; identidade; multiterritorialidade; socioeducação.

REFERÊNCIAS

COSTA, Antonio C G da. **Aventura pedagógica:** caminhos e descaminhos de uma ação educativa. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Antonio C G da. **Pedagogia da presença:** da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: paz e Terra, 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2020

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997, pp. 7-65.

LEI nº 8069 de 13 de julho de 1990.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

OLIVEIRA, M.F. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf

TAGATA, William M. **Letramento Crítico:** ética e ensino de língua inglesa no século XXI: por um diálogo entre culturas. 2017.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. **Análise Linguística nos gêneros textuais.** São Paulo: Saraiva, 2012.

UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS PRISÕES? UMA ANÁLISE DOS CENTROS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA APAC NO BRASIL

Sergio Grossi¹

¹Dottore in Scienze dell'Educazione (Università de Pádua (Itália) - Universidade Federal Fluminense, sergio.grossi@phd.unipd.it

RESUMO

O presente trabalho aborda um modelo alternativo aos presídios desenvolvido no Brasil, envolvendo mais de 3.500 internos. Este declara um baixo índice de reincidência, apresentando um discurso no qual a segurança da sociedade passa pela recuperação da pessoa privada de liberdade por meio de uma “pedagogia da presença”. Esta pesquisa investiga a concepção pedagógica desse modelo, evidenciando os avanços e as continuidades em relação aos presídios. Trata-se de uma pesquisa etnográfica e documental voltada para compreender o funcionamento e a autodescrição do modelo. Nesse sentido, fez-se uso também de entrevistas semiestruturadas para analisar como o modelo é desenvolvido na prática nas unidades. Nesta apresentação, vamos refletir sobre a potencialidade de tal modelo, colocando-o no debate sobre os efeitos e o papel da prisão na contemporaneidade, passando também pelas perspectivas abolicionistas sobre a prisão, para entender quais são suas potencialidades e problemas, a fim de que possamos compreender se e em que sentido pode ser considerada uma experiência que se aproxima da visão de educação integral. Apesar de diversas limitações, observa-se que os internos estudam e trabalham, em um contexto esteticamente agradável e aparentemente aberto, que permite à sociedade se educar junto, levando à humanização dos “presos”, diminuindo o estigma e quebrando a subcultura prisional.

Palavras-chave: Educação integral; educação social; reintegração social; alternativas à prisão; prisão.

REFERÊNCIAS

BARATTA, A. (1990). **Resocialización o control social:** Por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado. In *Criminología crítica y sistema penal*. Lima: Comisión Andina Juristas y la Comisión Episcopal de Acción Social. Retrieved from http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/articulos/a_20120608_01.pdf

CHRISTIE, N. (1982). **Limits to Pain**. Oxford: Martin Robertson. Conselho Nacional do Ministério Público. (2016). A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional.

Brasília: Gráfica e Editora Movimento. Retrieved from <http://s.conjur.com.br/dl/sistema-prisional.pdf>

DAVIS, A. (1998). **Racialized Punishment and Prison Abolition**. In The Angela Y. Davis Reader. Oxford: Blackwell.

DAVIS, A. (2003). **Are prisons obsolete?** New York: Seven Stories Press.

DELISLE, C., Basualdo, M., Ilea, A., & Hughes, A. (2015). **The International Conference on Penal Abolition (ICOPA)**. Champ Pénal/Penal Field, XII. <https://doi.org/10.4000/champpenal.9146>

DOWNES, D. (1988). **Contrasts in Tolerance, Oxford**. Oxford: Oxford University Press.

FBAC. (2016). FILIAÇÃO À PFI. Retrieved January 19, 2018, from <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/filiacao-a-pfi>

FERREIRA, V. (2016). **Juntando Cacos, resgatando vidas**. (O Lutador, Ed.). Belo Horizonte.

FOUCAULT, M. (1987). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petropolis: Vozes.
Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC). (2019). RELATÓRIO SOBRE AS APACs - Data: 24/07/2019. Retrieved July 24, 2019, from <http://www.fbac.org.br/infoapac/relatoriogeral.php>

GARLAND, D. (1999). **As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico**. In Revista de Sociologia e Política, (13), 59–80. <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000200006>

GARLAND, D. (2013). **Penalty and the Penal State**. Criminology, 51(3), 475–517. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12015>

GROSSI, S. (2018). **Prisões sem polícia: sofisticação do modelo tradicional ou nova socialização?** - uma análise das pesquisas sobre o método APAC (associação para a proteção e assistência dos condenados) no Brasil. In M. Alcántara (Ed.), Estudios sociales: 56º congreso internacional de americanistas (pp. 419–428). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.14201/0AQ0251_12

GROSSI, S. (2019). **Prisões sem polícia: novo modelo ou sofisticação do tradicional?** Um encontro com as APACs (associação para a proteção e assistência dos condenados) brasileiras. In N. Sanz Mulas (Ed.), I Congreso Internacional Políticas públicas en defensa de la inclusión, la diversidad y el género (pp. 55–78). Salamanca: Universidad de Salamanca. Retrieved from <http://girdiversitas.usal.es/wp-content/uploads/2019/05/Políticas-públicas-en-defensa-UV.pdf>

HULSMAN, L. (1986). **Critical Criminology and the Concept of Crime**. Contemporary Crises, 10(1), 63–80. <https://doi.org/10.1007/BF00728496>

HULSMAN, L. (1997). **Themes and Concepts in an Abolitionist Approach to Criminal Justice**. Retrieved from loukhulsman.org/Publication/

KNOPP, F. H., Morris, M., Boward, B., Brach, M., Christianson, S., Largen, M., ... Newton, W. (1976). **Instead of Prisons: A Handbook for Abolitionists**. New York: Prison Research Education Project.

MATHIESEN, T. (1974). **The Politics of Abolition: Essays in Political Action Theory**. London: Martin Robertson.

MATHIESEN, T. (1996). **Perché il carcere?** Torino: Gruppo Abele. Retrieved from http://www.ristretti.it/areestudio/cultura/libri/perche_il_carcere.pdf

MATHIESEN, T. (2008). **The Abolitionist Stance**. *Journal of Prisoners on Prisons*, 17(2), 58–63.

NICOLAS, C., & JUSTIN, P. (2015). **The State of Abolitionism**. *Champ Pénal/Penal Field*, XII. <https://doi.org/10.4000/champpenal.9164>

OTTOBONI, M. (2014). **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. São Paulo: Paulinas.

RESTÁN, J. (2017). **Del amor nadie huye - la experiencia de las cárceles de APAC en Brasil**. Madrid: CESAL Ong.

RONCO, D. (2017). **Numeri, tipologie e funzioni delle misure alternative**. Retrieved April 23, 2019, from <http://www.antigone.it/tredicesimo-rapporto-sulle-condizioni-di-detenzione/01-misure-alternative/>

RUGGIERO, V. (2010). **Penal Abolitionism (Oxford Uni)**. Oxford.

RUGGIERO, V. (2012). **How Public is Public Criminology?** *Crime, Media, Culture*, 8(2), 151–160.

RUGGIERO, V. (2015). **The Legacy of Abolitionism**. *Champ Pénal/Penal Field*, XII. <https://doi.org/10.4000/champpenal.9080>

RUGGIERO, V. (2016). **Il delitto, la legge, la pena: La contro-idea abolizionista** (Edizione d). Le Staffette.

SIMON, J. K. (1991). **Michel Foucault on Attica: An Interview**. *Social Justice*, 18(3), 26–34. <https://doi.org/10.3817/0374019154>

WACQUANT, L. (2011). **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LETRAMENTO CRÍTICO E FORMAÇÃO INTEGRAL EM UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DE ANANINDEUA-PA

Monica Silva da Silva Araujo¹

¹GPESPI/UEPA/Escola Antonio Carlos Gomes da Costa, monica.araujo@escola.seduc.pa.gov.br.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa em fase embrionária, desenvolvida no âmbito do GPESPI – Grupo de Pesquisa e Extensão em Socioeducação e Políticas intersetoriais, da UEPA – Universidade do Estado do Pará, que problematiza o processo de letramento de adolescentes desenvolvido em unidades socioeducativas de internação, na Região Metropolitana de Belém/PA. O locus da investigação delinea-se como um espaço de interseção entre duas instituições de caráter educacional: FASEPA – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, responsável pelo cumprimento de medida socioeducativa de internação para adolescentes e a E.E.E.F.M. Antônio Carlos Gomes da Costa, unidade escolar responsável pela escolarização desses adolescentes. O objetivo principal é examinar as práticas cotidianas de professores e funcionários dessas instituições e suas possíveis associações com o processo de letramento crítico, de adolescentes privados de liberdade (Freire, 2020; Costa, 2001; Tagata, 2017). Adota-se um percurso metodológico quali-quantitativo (Minayo, 2007); coleta de dados primários e secundários utilizando técnicas de observação direta, cultivo de diário de campo, entrevistas semiestruturadas, e complementarmente, a pesquisa documental. Amparados nesse instrumental, explora-se como fundamentação teórica as seguintes categorias: Gêneros textuais, identidades, multiterritorialidade e letramento crítico. Parte-se da definição de gêneros textuais como instrumentos de interação social Wachowicz (2012) relevantes para a formação integral dos sujeitos de direitos, que são os adolescentes internados; tais gêneros devem ser variados para representar e incluir práticas sociais dos adolescentes, fortalecendo-os no processo de formação social e construção de suas identidades enquanto sujeitos sociológicos (Hall, 1997). Por meio do letramento crítico seria possível ao aluno adquirir consciência de seu papel ativo na construção e reconstrução de sentidos (Tagata, 2017; Costa, 2010 e Freire 2020) de modo que eles/as reflitam sobre seus propósitos e perspectivas e percebam que valores, opiniões e crenças se originam nas comunidades, famílias e grupos onde circulam.

Palavras-chave: Letramento crítico; identidade; multiterritorialidade; socioeducação.

REFERÊNCIAS

COSTA, Antonio C G da. **Aventura pedagógica:** caminhos e descaminhos de uma ação educativa. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Antonio C G da. **Pedagogia da presença:** da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: paz e Terra, 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2020

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade,** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997, pp. 7-65.

LEI nº 8069 de 13 de julho de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

OLIVEIRA, M.F. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf

TAGATA, William M. **Letramento Crítico, ética e ensino de língua inglesa no século XXI:** por um diálogo entre culturas. 2017.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. **Análise Linguística nos gêneros textuais.** São Paulo: Saraiva, 2012.

INFLUÊNCIA DO PROJETO DE VIDA SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS DO ESTADO DA PARAÍBA

Moisés Arcanjo Targino Júnior^{1,4}

Iracema Silva Meireles Suzano^{2,4}

Silvana Maria da Silva^{3,4}

¹Escola Cidadã Integral Socioeducativa Almirante Saldanha, moisesjunior.02@gmail.com

²Universidade Federal de Pernambuco, meirelesira@hotmail.com

³Escola Técnica Estadual Professor Lucilo Ávila Pessoa, sil123.matematica@gmail.com

⁴Grupo Internacional de Pesquisa em Política Prática e Gestão da Educação/ UPE

RESUMO

Uma das maiores preocupações que os órgãos de apoio à criança e ao adolescente, como a FUNDAC (Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente) e a FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) tem, é auxiliar na Ressocialização de Adolescentes e Jovens em medidas restritivas e evitar a reincidência dos mesmos às unidades que estão internos. No Estado da Paraíba, o modelo de Ensino Integral regido pelo Estado está presente em todas as unidades socioeducativas. Além da Base Nacional Curricular Comum, foram implantadas disciplinas diversificadas para dar suporte aos projetos de vidas dos estudantes. Uma das disciplinas dessa base diversificada é o Projeto de Vida. Esse trabalho teve como objetivo verificar a contribuição da disciplina Projeto de Vida na vida de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas de restrição de liberdade no Estado da Paraíba. A disciplina tem como objetivo trabalhar alguns eixos temáticos específicos e desenvolver capacidades e habilidades socioemocionais a esses estudantes. Os socioeducandos discutem temas como "Quem sou eu?", "Quais lugares eu ocupo no Mundo?", "Meus Valores", "Meus sonhos", "De onde eu venho e para onde eu vou", "Minhas fontes de significados e sentido de vida", além de outros temas. Também contribui para o desenvolvimento das diversas dimensões desses estudantes, como a dimensão física, emocional, profissional, social e afetiva; bem como auxiliar no processo de aprendizagem do estudante, nas tomadas de decisões, resolução de problemas e a enfrentar situações inesperadas. Trabalhar esses temas leva-os a um processo reflexivo e de autoconhecimento, lembrando quem, de fato, são e onde estão; além de rever suas ações e procurar meios de recomeçar, buscando evitar reincidências. Sugere-se mais estudos sobre a contribuição e os impactos dessa disciplina na vida de adolescentes e jovens privados de liberdade, visto que o tema ainda é escasso na literatura.

Palavras-chave: Projeto de Vida; Ressocialização; Socioeducação.

REFERÊNCIAS

BONATTO, Vanessa Petermann; FONSECA, Débora Cristina. Socioeducação: entre a Sanção e a Proteção. **Educação em Revista** 36. 2020. Acessado 27 jun 2021, Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0102-4698228986>>.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acessado em: 23 jun 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. **Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**: Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Acessado em 23 jun 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm.

COSCIONI, Vinicius; MARQUES, Mauricio Pinto; ROSA, Edinete Maria; KOLLER, Sílvia Helena. Proyectos de vida de adolescentes en medida socioeducativa de internamiento. **Ciências Psicológicas**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-120, 2018. DOI: 10.22235/cp.v12i1.1601. Disponível em: <https://revistas.ucu.edu.uy/index.php/cienciaspsicologicas/article/view/1601>. Acesso em: 27 jun. 2021.

COSTA, Cibele Soares da Silva, ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; SILVA, Erlayne Beatriz Félix de Lima. Vivências nas Medidas Socioeducativas: Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2019: e186311. Acessado em: 25 jun 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311>>.

DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Uma Revisão de Literatura sobre a Definição de Projeto de Vida na Adolescência. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 19, n. 2, out. 2016. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/35218>. Acesso em: 27 jun. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v19i2.35218>.

GOMES, Fernanda Zeferino, TOMASI, Cristiane Damiani; CERETTA, Luciane Bisognin, BIROLO, Ioná Vieira Bez; AMBONI, Graziela. **Adolescentes e construção do projeto de vida**: um relato de experiência [s.d.]. Acessado em: 23 jun 2021. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/prmultiprofissional/article/viewFile/3035/2799>>.

HENRIQUE, A. et al. **Socioeducandos E Ressocialização**: Uma análise do olhar do pedagogo e do agente socioeducativo na FUNASE Unidade - CASE Jaboatão dos Guararapes. p. 1–25, [s.d.]. Acessado em: 24 jun 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/SILVA%3B+RODRIGUES+-+2015.2.pdf/e80d20b8-2f07-4d8b-8815-b4c7f38e96ab>.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 63, n. spe, p. 49-57, 2011 . Acessado em: 27 jun 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006&lng=pt&nrm=iso.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. **As representações sociais do projeto de vida dos adolescentes**: um estudo psicossocial. 2002. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Denize Ferreira. **Representações Sociais Sobre Projeto De Vida De Adolescentes Em Medidas Socioeducativas**. 2018. Acessado em: 27 jun 2021. Disponível em: <
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30984/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Denize%20Ferreira%20Ribeiro.pdf>>.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 28, 2007: 205–19. Acessado em: 26 jun 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100013>.

SOARES, C. **Vivências nas Medidas Socioeducativas**: Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens. p. 1–16, 2019. Acessado em: 27 jun 2021. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gGk76g3HvbkQ95Y6G6ryGKB/?lang=pt>>.

SOUZA, Eliane Silva. Práticas pedagógicas com privados de liberdade: memorial de uma escola da EJA na socioeducação. **Pimenta Cultural**, 2020. Acessado em: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.116>.

ZENERATTI, Gabriella Mariano Munhoz; GUEDES, Olegna de Souza. Dilemas éticos e a elaboração de relatórios sociais. **Revista Katálisis**, nº 3, 2017: 363–72. Acessado em: 27 jun 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p363>>.

PAULO FREIRE X SOCIOEDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO PARA RESSOCIALIZAÇÃO

Iracema Silva Meireles Suzano^{1,4}

Silvana Maria da Silva^{2,4}

Moisés Arcanjo Targino Júnior^{3,4}

¹Universidade Federal de Pernambuco, meirelesira@hotmail.com

²Escola Técnica Estadual Professor Lucilo Ávila Pessoa, sil123.matematica@gmail.com

³Escola Cidadã Integral Socioeducativa Almirante Saldanha, moisesjunior.02@gmail.com

⁴Grupo Internacional de Pesquisa em Política Prática e Gestão da Educação/ UPE

RESUMO

Uma das maiores dificuldades vista hoje nas unidades socioeducativas é no que tange respeito à Ressocialização. Como auxiliar os jovens a repensar suas ações e recomeçar? Muitas vezes, os agentes socioeducativos, incluindo professores e gestores, tem dificuldades de se comunicar com os socioeducandos, impedindo que esse processo de comunicação ativa seja desenvolvido. A socioeducação atualmente é vista como um problema social que precisa ser analisada criticamente e eticamente uma vez que envolve jovens que cometeram atos infracionais, dificultando o processo de emancipação e transformação do estudante. Verifica-se que ao chegar nas Unidades Socioeducativas, os estudantes podem apresentar agressividade, Silêncio, fechamento emocional, entre outros sentimentos que os impeçam de se comunicar. Paulo Freire frisa muito no outro como alguém passível de mudança, que merece ser respeitado e que sempre devemos ter esperança. Na pedagogia da Presença e na Pedagogia da Esperança, Freire relata que não há condição que seja completamente condenatória. Que sempre existe uma esperança, que sempre há uma chance de recomeçar. Ao falarmos de socioeducação, precisamos entender que os estudantes não precisam de condenação e nem de questionamentos passados, mas precisam entender que podem recomeçar. É importante que todos os agentes que estejam envolvidos no processo de ressocialização dos estudantes, à luz de Paulo Freire, tenham um propósito humanitário, competência profissional e pessoal e de disciplina entre socioeducando e socioeducador. Sugere-se mais estudos sobre a ação profissional dos socioeducadores e da relação entre socioeducadores e socioeducandos.

Palavras-chave: Ressocialização, Socioeducação, Pedagogias Freirianas.

REFERÊNCIAS

BERTICELLI, Ireno Antônio; DA SILVA BENDER, Marcilei. As Políticas Públicas Para Formação de Professores nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE). **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 22, n. 1, p. 7493, 2020.

DE CARVALHO, Wesley Ferreira; VASQUES, Carla Karnoppi. Marino: litorais entre a socioeducação e a educação especial (Marino: coastlines between socioeducation and special education). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. 4709040, 2021.

FERREIRA, Graça Regina Armond Matias; BARZANO, Marco Antônio Leandro. Web currículo e diálogos com as tecnologias digitais no contexto ambiental da cibercultura. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 2, p. 657-675, 2020.

HENNEMANN, Mariana Vanini. **A prática de liberdade na perspectiva freiriana: a experiência socioeducativa na CASENH**, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7023>>. Acessado em 27 de jun. de 2021.

NASCIMENTO, Bruno Pereira. Ensino de geografia e exclusão social: buscando aproximação entre ensino, pesquisa e extensão universitária em uma escola socioeducativa. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 3, n. 2, 2020.

PARO, César Augusto; VENTURA, Miriam; SILVA, Neide Emy Kurokawa. Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2019.

PAVAN, Ruth. A necessidade de redizer e reviver a pedagogia da esperança de Paulo Freire. **Revista e-Curriculum**, v. 16, n. 4, 2018.

PINTO, William Vinicius et al. Pedagogia Social e a Socioeducação: concepções e significados das ações socioeducativas para os adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto. 2019.

SANCHES, Silvana Colombelli Parra; NASCIMENTO, Adir Casaro. Teorizar o conhecimento: um percurso no campo da educação. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 22, n. 1, p. 293-308, 2020.

SILVA, Silmara Carneiro e. Socioeducação e Juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 14, n.2, p. 96-118, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8398>>. Acessado em 23 de jun. de 2021.

VASCONCELOS, Maria Luiza Bambini. Resolução de Conflitos na Socioeducação: em busca da harmonia em um centro de convivência. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 58-72, agosto 2014. Disponível em: <<https://revistanps.com.br/nps/article/view/66/62>>. Acessado em 27 de jun. 2021.

O ENSINO NA PERSPECTIVA SOCIAL CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DAS OPORTUNIDADES DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR

Bruno Cesar Santos Moura¹

Flávio Pereira da Silva²

¹Universidade de Pernambuco, bruno.smoura@upe.br

²Faculdade Joaquim Nabuco flavio.silva@stamaria.com.br

³Grupo Internacional de Pesquisa em Política Prática e Gestão da Educação/ UPE

RESUMO

Em síntese, o processo de ressocialização busca reeducar a população carcerária, além de oferecer cursos profissionalizantes para que possam se “enquadrar” nos padrões e leis da comunidade. Mas será que apenas isso é o suficiente para os requisitos que o mercado de trabalho demanda hoje em dia? De acordo com Valesco et al. (2019), “Menos de um em cada cinco presos (18,9%) trabalha hoje no país”. Infelizmente os números são preocupantes, a carência de um currículo de nível técnico e superior por parte do sistema penitenciário seria viável no contexto atual, a fim de se consolidar com demanda do mercado. Partindo dessa concepção, o objetivo desse trabalho é analisar dentro de uma perceptiva reflexiva as oportunidades de acesso ao ensino técnico e superior da população cárcere, dando ênfase no processo educacional a ser alcançado a cada indivíduo social. Para Constantino (2019), “A oferta de ensino técnico em penitenciárias seria, portanto, um compromisso social e parte das ações de inclusão entre pessoas que tiveram sua escolaridade comprometida por diferentes circunstâncias” (CONSTANTINO, 2019, p. 68). Diante dessa realidade, a inserção de uma educação profissional de nível técnica no sistema carcerário, propiciaria o indivíduo a não apenas um trabalho qualificado, mas também, oferecer ao sujeito entender-se responsável por suas atitudes e pensamentos, percebendo seu espaço, tornando-se independente (CONSTANTINO, 2019). Entretanto, torna-se necessário, uma política pública que assegure educação a estas pessoas, a universidade como base da educação superior, poderia criar uma cota para detentos, ex-detentos, em conjunto com o estado, prestando auxílio para que o sujeito possa efetuar a matrícula, e assim, requisitar ao sistema carcerário o material de estudo das suas disciplinas, bem como, horas fora de sua cela, - em uma biblioteca no próprio sistema penitenciário, com a finalidade de fortalecer seu conhecimento crítico através das leituras (DIAS; OLIVEIRA; SANTOS, 2018).

Palavras-chave: Educação; Ensino; Perspectiva.

REFERÊNCIAS

VELASCO, Clara et al. **Menos de 1/5 dos presos trabalha no Brasil**; 1 em cada 8 estuda. G1. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/menos-de-15-do-presos-trabalha-no-brasil-1-em-cada-8-estuda.ghtml>> Acesso em: 25 jun. 2021.

CONSTANTINO, Paulo Roberto Prado. **Ensino Técnico Em Unidades Prisionais: Perspectivas Para A Educação Profissional Paulista**. Cadernos da Fucamp, v.18, n.34, p.67-76 /2019. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1834>> Acesso em: 25 jun. 2021.

DIAS, Marco Antonio Harms; OLIVEIRA, Micheline Ramos de; SANTOS, Rosilene Bastos dos. **A educação superior como forma de ressocialização do detento**: uma análise a partir de um estudo de caso na ufsc. Revista eletrônica de educação da faculdade araguaia, 13 nº 2: 50-58, 2018. Disponível em: <<https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/667/0>> Acesso em: 26. Jun. 2021.

Inclusão e Diversidade

Ementa: Este eixo receberá estudos sobre a diversidade cultural aliadas aos princípios da Educação Integral. A diversidade de gêneros. Estudos das relações de gênero e sexualidade A diversidade cultural. Os direitos humanos para o desenvolvimento da cidadania e das práticas educativas na escola pública brasileira. A formação Integral do sujeito através proteção de garantia de direitos. Educação e Alteridade. As relações étnico-raciais envolvendo a compreensão da história da África e da cultura afro-indígena brasileira no espaço escolar. Educação Inclusiva: conceitos e terminologias. Contribuições teóricas ao debate sobre a deficiência: concepções histórica, psicológica, filosófica e sociológica. Processos de identificação dos sujeitos da educação inclusiva. A família e as pessoas com necessidades especiais. A autoestima da pessoa com deficiência. A política nacional e a fundamentação legal da Educação Inclusiva. Deficiente auditivo (DA), Deficiente Físico (DF), Deficiente Visual (DV), Deficiente Intelectual (DI), Deficiências Múltiplas (DMU); Altas Habilidades. Profissionalização da pessoa deficiente no mercado de trabalho.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ENSINO SUPERIOR - CAFF

Yzabelle Cristine Pereira da Silva¹

Aline Guerra Manssour Fraga²

Viviane de Oliveira Freitas Lione³

^{1,2 e 3.} Coordenação de Acessibilidade da Faculdade de Farmácia, Centro de Ciências da Saúde,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, RJ (Faculdade de Farmácia).

¹yzabelle.silva@gmail.com; ²agmfraga@yahoo.com.br; ³vivianelione@gmail.com.

RESUMO

Com o intuito de discutir o atendimento educacional especializado-AEE no ensino superior no contexto das políticas de inclusão de pessoas com deficiência nas universidades brasileiras desde os anos de 1950 à atualidade, apresentaram-se algumas medidas, no que se refere à implantação de programas de tecnologias assistivas e de acessibilidade, os quais têm contribuído para entrada, permanência e conclusão do ensino superior por pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim o objetivo deste trabalho é descrever em caráter retrospectivo, descritivo e documentado a respeito da experiência do processo de implantação do AEE da Coordenação de Acessibilidade da Faculdade de Farmácia-CAFF da UFRJ. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas a autonomia e independência na sua graduação. Consideram-se serviços e recursos da educação especial aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação. Como metodologia emprega-se a análise qualitativa das anotações e documentos escritos, que registraram o conteúdo de entrevistas, solicitações de atendimento, auxílio de matérias, ajustes da programática formulada didática entre outros por esta Coordenação almejando a criação de um linha cronológica atitudinal de elaboração do AEE. Embasando-se os resultados obtidos encontra-se a CAFF, criada em 2018 que atua de acordo com as Políticas de Inclusão e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência (LEI N13.146,2015), organizando, sistematizando e intermediando ações que permitam a inclusão e permanência dos estudantes oriundos das ações afirmativas (Decreto n 5.296, de 02 de dezembro de 2004, LEI n. 12.764). Nesse sentido elabora-se uma sequência de ações que organizam o AEE naquela graduação. Como conclusão almeja-se que este estudo inspire demais curso na elaboração de ações que garantam maior acessibilidade e inclusão de seus estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Deficiência; Ensino Superior; AEE; CAFF; Graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015:** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 10 de jul. 2021.

BRASIL. Governo do Brasil (GovBR). **LEI Nº 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012:** Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12711&ano=2012&ato=5dcUTRq1kMVpWT502>. Acesso em 10 de jul. 2021.

DIRAC. Acessibilidade UFRJ. **O que é a Diretoria de Acessibilidade – DIRAC?**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufrj.br/dirac/>. Acesso em 10 de jul. 2021.

CAFF. Instagram. **C. ACESSIBILIDADE F. FARMÁCIA:** Quem Somos. 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CBrggUYJWKm/?utm_medium=copy_link. Acesso em 10 de jul. 2021.

BRASIL. Diretrizes operacionais da educação especial. **Atendimento Educacional Especializado - AEE** em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em 10 de jul. 2021.

O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO AUXÍLIO AO ENSINO-APRENDIZADO DE AUTISTAS: UM RELATO DE CASO.

Débora Filgueiras¹

Antonio Câmara²

^{1,2}Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

¹dangelolindo30@gmail.com, ²antonio.camara@ifrr.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por finalidade relatar um caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao utilizarem ferramentas de tecnologia digital como auxílio ao processo de ensino-aprendizagem, dando ênfase nas potencialidades de dois softwares educacionais utilizados no ensino fundamental I em uma escola privada de Boa-Vista/RR. As ferramentas escolhidas para relatar o caso foram os aplicativos para celulares e tablets em formato de jogo: ABC do Autismo e Brainy Mouse, ambos têm por objetivo auxiliar no processo de aprendizagem de crianças com autismo de forma lúdica, além de adotarem os fundamentos da metodologia TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Distúrbios à Comunicação). Na metodologia deste artigo, abordou a pesquisa descritiva quanto a aplicação dos apps em sala de aula observando o objeto de estudo, coletando e analisando estas informações, afim de que pudessem ser interpretadas de forma eficaz por uma Professora de informática e uma Psicopedagoga. O público alvo para abordar este relato foram os alunos que possuem os graus leve e moderado de autismo, pois cada um deles são afetados de maneiras e intensidades diferentes ao realizar as atividades de jogos dos apps. Foram observados um total de 13 alunos do fundamental I, sendo 11 apresentando grau leve e dois com grau moderado. Os jogos foram aplicados duas vezes por semana, durante 30 dias pelo período da tarde no laboratório de informática da escola. Nas observações realizadas pelos professores notou-se que ambos os jogos tiveram resultados satisfatórios em sua aplicação, fazendo com que os alunos produzissem estímulos, expressando muito bem as características cognitivas essenciais de empolgação, emoção e diversão que contribuem para o desenvolvimento de uma pessoa com TEA. Dessa forma, percebe-se que os softwares educacionais são ferramentas importantes no processo de auxílio ao ensino-aprendizagem, até mesmo, nos mais desafiadores métodos da educação.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem, Autismo, Software Educacional, Tecnologias Digitais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. **A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5.** Rev. bras. ter. comport. cogn., São Paulo, v.16, n. 1, p. 67-82, abr. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007&lng=pt&nrm=iso.

ARVIGO, MC. SAAD, AG. SIGNORELLI, FG. HADDAD, RGC & D'ANTINO (2018). **Transtorno do Espectro do Autismo e Comunicação.** In: Amato et al.(orgs) Distúrbios do Desenvolvimento: estudos interdisciplinares. São Paulo: Editora Memnon.

FRANÇA, Jaqueline. **Autismo e motivação intrínseca na aprendizagem.** Inspirados pelo autismo, 2021. Disponível em: <https://www.inspiradospeloautismo.com.br/autismo-e-motivacao-intrinseca-na-aprendizagem/>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

KAUARK, Fabiana. MANHÃES, Fernanda e MEDEIROS, Carlos. **Metodologia da pesquisa:** Um guia prático. Itabuna-BA. Editora: Via Litterarum, 2010.

MENTONE, Emilia Cristina Pinheiro. FORTUNATO, Ivan. **A tecnologia digital no auxílio à educação de autistas:** os aplicativos ABC Autismo, Aiello e SCAI Autismo. Temas em Educ. e Saúde, Araraquara, v.15, n. 1, p.113-130, Jan./Jun. 2019. e-ISSN 2526-3471. ISSN 1517-7947. <https://doi.org/10.26673/tes.v15i1.12733>

DIVERSIDADE CULTURAL E CORPOREIDADE DOS POVOS AMAZÔNICOS

Franciellen Tapajós Ribeiro¹

Andressa Karoline Santana Teixeira²

Hergos Ritor Fróes de Couto³

^{1,2,3} Universidade Federal do Oeste do Pará

¹ e-mail: ellen_fsouzat@hotmail.com, ²e-mail: andressakaroline909@gmail.com, ³e-mail: hergos@hotmail.com

RESUMO

A sociedade brasileira é constituída de diversidades. No entanto, ainda é pouco considerada nos currículos escolares, sendo no contexto amazônico um desafio ainda maior. Na Amazônia encontram-se populações indígenas de diferentes etnias com suas línguas e culturas específicas, culturas caboclas como os ribeirinhos e trabalhadores rurais que possuem diferentes experiências e manifestações culturais que coabitam o mesmo local (COLARES; COLARES, 2011). Este resumo, é fruto do capítulo VIII do livro Educação e Realidade Amazonia v. 05, e teve por objetivo compreender as relações que se estabelecem entre a diversidade cultural e a corporeidade no contexto amazônico. Com base em pesquisas teóricas, documentais e empíricas, a partir de uma análise qualitativa, buscou-se considerar a importância do ser humano compreender que é corpo, estabelecendo-se como forma de estar no mundo, em suas múltiplas dimensões. Destaca-se ainda a necessidade dos povos reconhecerem a realidade a qual se inserem, convivendo com conhecimento e reconhecimento das diferenças, que consideram as questões de gênero e afirmação das identidades, pois desde cedo o ser humano incorpora as regras, valores e crenças refletidas por meio do corpo e dos papéis sociais, implicando a necessidade de pensarmos num currículo emancipatório para cada grupo considerando os aspectos da corporeidade e sua contribuição no ensino-aprendizagem do povo amazônico. É importante que os profissionais que atuam nas escolas entendam que os alunos não chegam a elas vazios, estes carregam consigo experiências das realidades que estão imersos, daí a importância de fundamentação na fenomenologia para refletir a corporeidade (MERLEAU-PONTY, 2018; MOREIRA, *et. al.*, 2006). Nesse sentido, alertamos para o urgente debate sobre tais temáticas, sendo necessário que o ser humano que é corpo, seja considerado em suas tradições, historicidade e linguagens, possibilitando criar novos conhecimentos sem que se percam os já construídos ao longo da história dos povos presentes na Amazônia.

Palavras-chave: Diversidade; Corporeidade; Educação; Amazônia.

REFERÊNCIAS

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa. **Diversidade cultural: desafios educacionais no contexto amazônico**. 2011. Disponível em: <http://www.anped.or.br>. Acesso em: 6 maio de 2021.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 5ª ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MOREIRA, Wagner Wey. *et. al.* Corporeidade Aprendente: a complexidade do aprender viver. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Século XXI: A era do corpo ativo**. Campinas, SP: Papirus, 2006. p.137-154.

TEIXEIRA, Andressa Karoline Santana; RIBEIRO, Franciellen Tapajós; COUTO, Hergos Ritor Fróes de. Diversidade cultural e a corporeidade no contexto amazônico. In: COLARES, A. A.; RODRIGUES, G. C. L.; COLARES, M. L. I. S. (Orgs.). **Educação e realidade amazônica** – Volume 5. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-realidade-amazonica-5>. Acesso: 24 junho de 2021.

LEI 10.639/03 E LEI 11.645/08: EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E A PRÁXIS DOCENTE

Érika Cristina Silva Alves¹

Águida Assunção e Sá²

Anna Carolina de Carvalho Rocha Carrijo³

¹²Secretaria Estadual de Educação – MG/ professoraerikacristina@gmail.com¹ aguidasa.sbs@gmail.com²

³Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM/ annacarolina.rocha@gmail.com

RESUMO

Passados os trezentos anos de tempos obscuros da escravização e as consequências deixadas na construção do Brasil, pode-se afirmar que a promulgação das Leis Nº10.639/2003 e Nº11.645/2008 demonstraram um avanço necessário na educação brasileira, apesar de tardio. O país tendo como base o racismo estrutural vigente em todas as estâncias sociais, porém velado e camuflado por um discurso de democracia racial é um dos múltiplos e complexos fatores para o pequeno e tímido avanço na esfera política e educacional. (ALMEIDA, 2020). A inserção da temática como obrigatória no currículo é o resultado de diversas lutas ao longo de décadas. É intrigante como a história da constituição do Brasil foi contada desde sempre pela ótica do colonizador e da branquitude (CONCEIÇÃO, 2020) e não questionada por séculos. A colonialidade precisa ser melhor discutida, tanto quanto a decolonialidade (MIGNOLO, 2017). Tratar da história e cultura afro-brasileira e indígena é contar a base de um país alicerçado pela exploração e apagamento dos povos originários e afrodescendentes. (NASCIMENTO, 2002). Por essa razão este estudo tem como objetivo averiguar os principais entraves encontrados pelos professores da educação básica, sobretudo das escolas públicas para trabalhar efetivamente com a temática que diz respeito às Leis citadas. Sabe-se que apesar da Lei Nº10.639/2003 ter quase duas décadas após ser sancionada, percebe-se poucos avanços na disseminação do conteúdo nas escolas de educação básica, ficando muitas vezes restrito às datas comemorativas e quase sempre ainda de forma estereotipada. Sabe-se que a formação de grande parte dos professores atuantes a mais tempo na educação não contemplou o conteúdo de histórica da África e dos povos originários em sua formação, porém é verdade que essa temática não pode ser esquecida nos planejamentos dos docentes, daí a importância da formação continuada por esses profissionais, em busca de uma educação integral do educando.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; Educação; Diversidade

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 10 de março de 2008.

BRASIL. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 09 de janeiro de 2003.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude** (livro eletrônico): dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Trad. OLIVEIRA, Marco. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares Editor Produtor, 2002.

NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Matheus Mello da Silva¹

Aline Guerra Manssour Fraga²

Viviane de Oliveira Freitas Lione³

^{1,2 e 3.} Coordenação de Acessibilidade da Faculdade de Farmácia, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, RJ (Faculdade de Farmácia).

¹mathhews.melo@gmail.com, ²agmfraga@yahoo.com.br e ³vivianelione@gmail.com.

RESUMO

A construção de Ensino Superior mais inclusivo se dá a partir da eliminação de barreiras e a articulação entre **unidades acadêmicas** e **unidades administrativas** da Universidade. Assim, a criação de núcleos de acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior é estratégica e importante, sendo prevista no Decreto 7.611/2011 que trata da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado. Neste sentido, para atender a demanda de alunos com necessidade educacionais especiais do curso de graduação em Farmácia, foi criada em 2018, a Coordenação de Acessibilidade da Faculdade de Farmácia – CAFF. A CAFF atua em consonância com os marcos legislativos da Política de Inclusão e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência, com as decisões do MEC e com a Política de Acessibilidade da UFRJ. Tem como objetivo organizar, sistematizar e estabelecer a articulação institucional necessária para execução da Política de Acessibilidade e Inclusão ao nível de graduação, acolhendo, analisando e intermediando ações que contemplem a inclusão e permanência dos estudantes oriundos das Ações Afirmativas, estudantes com deficiência que tenham ingressado pela modalidade Ampla Concorrência e estudantes com algum impedimento educacional. Para isso, a CAFF realiza o atendimento educacional especializado direcionado ao público PcD, auxiliando no planejamento da grade curricular dos semestres em conjunto com discentes, buscando também as melhores ações de acordo com as demandas do estudante durante a graduação. No atual contexto pandêmico os atendimentos ocorrem semanalmente na forma remota, onde estamos prontos para receber as demandas de alunos, bem como de professores e funcionários quanto à atuação junto ao universitário com deficiência de nosso Curso de Farmácia da UFRJ. Com atuação conjunta, a CAFF, alunos, professores e funcionários visamos atender as demandas inerente a graduação, promovendo a permanência discente no curso, auxiliando no que for preciso para que os planos desses alunos na universidade se concretizem com êxito.

Palavras-chave: Núcleos de Acessibilidade, Ensino Superior, Inclusão; Pessoas com Deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015:** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 09 de jul. 2021.

BRASIL. Governo do Brasil (GovBR). **LEI Nº 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012:** Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12711&ano=2012&ato=5dcUTRq1kMVpWT502>. Acesso em 09 de jul. 2021.

DIRAC. Acessibilidade UFRJ. **O que é a Diretoria de Acessibilidade – DIRAC?**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufrj.br/dirac/>. Acesso em 09 de jul. 2021.

CAFF. Instagram. **C. ACESSIBILIDADE F. FARMÁCIA: Quem Somos.** 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CBrggUYJWKm/?utm_medium=copy_link. Acesso em 09 de jul. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011:** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 10 jul. 2021.

FACILITADORES DE APRENDIZAGEM

Evelyn Ismael Abreu¹

Aline Guerra Manssour Fraga²

Viviane de Oliveira Freitas Lione³

^{1,2 e 3.} Coordenação de Acessibilidade da Faculdade de Farmácia, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, RJ (Faculdade de Farmácia).

¹evelyn.ismael.ei@gmail.com, ²agmfraga@yahoo.com.br e ³vivianelione@gmail.com.

RESUMO

Algumas medidas têm sido criadas no Ensino Superior, afim de torná-lo acessível e inclusivo e subsidiar o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência-PcD na Universidade. Sendo assim, a criação de núcleos de acessibilidade, bem como de Facilitadores de Aprendizagem-FA é de suma importância para atender as demandas de estudantes com necessidade educacionais especiais. Nesse sentido, a implementação dos FA, que se constituem de estudantes dos diversos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), surge como uma alternativa a permanência das PcD nos cursos de graduação. Estes são responsáveis por fornecer apoio pedagógico aos estudantes nessas condições durante as aulas e demais atividades acadêmicas, ao longo da graduação. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é descrever a ação dos FA junto à Coordenação de Acessibilidade do Curso de Farmácia. Como metodologia emprega-se a análise qualitativa das ações realizadas, seus impactos e resultados obtidos juntos à esta Coordenação. Como resultados obtidos destaca-se o papel e as ações do FA, como um mediador entre a pessoa com deficiência, o docente e os demais integrantes da turma; os resultados obtidos desta ação como a otimização da comunicação e participação das disciplinas, no rendimento e na qualidade de sua aprendizagem; as formas de solicitação junto às instâncias superiores, e a importância da elaboração deste vínculo. Como conclusão almeja-se que este estudo inspire a adoção de FA em seus sistemas de ensino como uma forma de torná-lo mais inclusivo e acessível.

Palavras-chave: Facilitador de aprendizagem; Inclusão; Acessibilidade; Pessoas com deficiência; Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

DIRAC. Acessibilidade UFRJ. **Facilitadores de Aprendizagem**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufrj.br/eventos/facilitadores-de-aprendizagem/>. Acesso em 09 de jul. 2021.

DIRAC. Acessibilidade UFRJ. **O que é a Diretoria de Acessibilidade – DIRAC?**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufrj.br/dirac/>. Acesso em 09 de jul. 2021.

CAFF. Instagram. **C. ACESSIBILIDADE F. FARMÁCIA: Quem Somos.** 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CBrggUYJWKm/?utm_medium=copy_link. Acesso em 09 de jul. 2021.

CAFF. Instagram. **C. ACESSIBILIDADE F. FARMÁCIA: Facilitadores de Aprendizagem.** 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQjIux1pk w/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em 09 de jul. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011:** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 11 jul. 2021.

A LEI 10.639/2003 E SUAS POSSIBILIDADES NA SALA DE AULA: PROPOSIÇÕES MULTIDISCIPLINARES

Marcos José Soares de Sousa¹

Najla Cristina Sousa Magalhães²

¹Prefeitura Municipal de Codó/Escola Municipal João Paulo II, mcoj1979@hotmail.com

²Secretaria Estadual de Educação/Escola Estadual César Marques, najlacristinan@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir sobre os temas, conceitos e dilemas trazidos para a educação com a promulgação da lei 10.639 que tornou obrigatório no Brasil o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Em 2021 a lei completou 18 anos e o que se percebe é que na prática docente ainda existem dificuldades para a sua implementação de forma satisfatória na escola e como se deve abordar da melhor maneira a história dos africanos no Brasil, nos seus mais variados aspectos trazendo-os como protagonistas da história. Por este motivo, é preciso a criação de proposições pedagógicas que fujam do discurso de que a execução da lei é apenas uma obrigação das disciplinas História, Artes e Literatura. Para que esses debates adquiram um maior espaço no ambiente educacional, partimos de uma proposta de um trabalho multidisciplinar no ensino fundamental II com as disciplinas História e Ciências sob a égide da lei 10.639/2003. Elaboramos um projeto paralelo das duas disciplinas com o intuito de promover o protagonismo negro na sala de aula através do conteúdo sobre o evolucionismo proposto por Charles Darwin e a sua relação com as teorias raciais no século XIX que serviram como base para ideia de racismo vigente. O objetivo foi discutir como a teoria evolucionista foi utilizada para sedimentar um pseudo discurso que dividia os grupos humanos entre superiores e inferiores. Os alunos analisaram a obra de Darwin sob olhar das disciplinas História e Ciências e através de textos e ilustrações compararam os discursos existentes em ambas sobre o evolucionismo e sua relação com as teorias raciais no século XIX e atualmente. Neste sentido visamos introduzir o debate sobre as demandas da lei e como essas mesmas vem sendo fomentadas no cotidiano escolar após 18 anos de sua sanção.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; História; Ciências; Protagonismo negro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir

no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 10 setembro 2020.

BOTEGA, Gisely Pereira. **Relações étnico-raciais e educação: problematizando em torno de suas dimensões culturais, históricas, políticas e sociais.** In LEITE, Amanda Mauricio Pereira; ROSA, Rogério Machado (Org). Módulo 3: educação, escola e violências. Florianópolis: NUVIC-CED-UFSC, 2011. pt 2, cap. 4.

FABRIS, Renato. DUARTE, Rosane. Seluchinesk, Rosa. Pigosso, Angela Hammoud. Hammoud, Hanzim. **A importância de ações metodológicas que levem para o campo da prática o ensino da história e cultura afro brasileira conforme a lei n. 10.693/03.** Jan. 2019 – Jun. 2019 v. 14, n. 1, 55-66. Disponível em: <http://www.ienomat.com.br/revista/index.php/judicare>. Acesso em Outubro de 2020.

FELIPE, Delton Aparecido. Brasil-África: a formação docente para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana como estratégia de uma educação antirracista. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 3372087, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão In: BRASIL. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos).

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação.** Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez.2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>> Acesso em Novembro, 2020